



Feminismo e luta das mulheres petistas

MEMÓRIAS E DESAFIOS

Uma contribuição das mulheres do PT do Distrito Federal



Coordenação editorial

Andreza Xavier

Elaboração de texto

Andreza Xavier
Edneide Arruda
Wilma dos Reis

Edição do texto

Andreza Xavier
Wilma dos Reis

Revisão

Ana Cristina da Paixão
Joíra Coelho Furquim

Fotos e demais registros históricos

Acervo Secretaria de Mulheres PT-DF
Acervo Histórico Centro Sérgio Buarque de Holanda/Fundação Perseu Abramo
Acervos pessoais de militantes do PT-DF

Projeto Gráfico e Diagramação

Agência Todas

Impressão

Gráfica Nobre

Tiragem

200 exemplares

Partido dos(as) Trabalhadores(as) DF

Andreza Xavier – Secretária de Mulheres
Lêda Gonçalves de Freitas – Secretária de Formação
Jacy Afonso – Presidente

Junho de 2021

Brasília, maio de 2021

Queridas companheiras,

É com imenso orgulho que apresentamos ao conjunto da militância petista, em especial às mulheres, o caderno de formação **Feminismo e a luta das mulheres petistas: memórias e desafios**, um projeto formulado com a contribuição das mulheres petistas do Distrito Federal.

O PT-DF tem sua história marcada pela luta de grandes companheiras. Mulheres que se dedicaram por muitos anos, e ainda se dedicam, ao fortalecimento do Partido das(es) Trabalhadoras(es) e do feminismo, considerando classe, gênero e raça.

Cada palavra, fotografia, registro de documentos, quadros informativos presentes neste caderno foram pensados e inseridos com muito carinho por um conjunto de mulheres que se empenharam a elaborar um material que registrasse nossa história, tanto nacional quanto localmente, resgatando nossas memórias enquanto mulheres petistas do DF e apontando alguns dos diversos desafios inerentes à luta feminista e ao projeto do PT.

A diversidade das mulheres petistas e o papel central que elas têm na trajetória do PT, da esquerda e da política no DF demonstra que, quando ocupamos espaços políticos, mudanças reais se tornam frequentes na sociedade. Foram muitos avanços conquistados pela luta das mulheres petistas, mas ainda há muito o que alcançar, imensos desafios que se colocam à nossa frente, tendo sempre em vista a luta cotidiana pelo fim do patriarcado, do capitalismo e do racismo.

Este caderno se propõe a apresentar registros de nossa história, pois, para avançar, devemos olhar atentamente os passos que foram dados pelas mulheres que marcaram a trajetória do PT e do feminismo para que pudéssemos chegar até aqui.

Agradeço imensamente a cada uma que colaborou com este projeto e o tornou realidade. Sem vocês, não seria possível concretizá-lo.

Desejo a todas as companheiras que, ao longo da leitura desta publicação, se fortaleçam e se (re)encontrem em nossa valorosa história. Uma história de luta pela emancipação e liberdade de todas as mulheres. Viva as mulheres do PT!



Forte abraço feminista,
Andreza Xavier
Secretária de Mulheres PT-DF

Saudações

Olá, queridas companheiras. Gostaria de saudar a todas as mulheres petistas do DF, em nome da Secretaria Nacional de Mulheres do PT, e parabenizar a Secretaria de Mulheres do PT-DF pelo trabalho que resultou neste potente material de formação. Um caderno que resgata a história de luta das mulheres petistas na capital do país em busca de igualdade, democracia e mais direitos para o povo. Viva o Partido das Trabalhadoras e dos Trabalhadores!

Anne Moura

Gostaria de parabenizar a Secretaria de Mulheres do PT-DF pela elaboração deste material de absoluta importância para formação política da militância petista, em especial, das mulheres do PT. Nossa história é pautada pelo compromisso com a luta em defesa dos direitos das mulheres e de todo povo brasileiro. Viva as mulheres do PT!

Arlete Sampaio

Queridas, queridxs e queridos compas, vamos seguindo na luta por verdadeira democracia sem racismo e sem sexismo! Vacina para todas e todos já! Fora Bolsonaro!

Cecília Maria Luli

Quero deixar uma saudação à Secretaria de Mulheres do PT-DF pela produção deste material que resgata a nossa história. Somos os momentos que já se foram porque eles sempre ficam. Somos Dandara, Margarida Alves, somos nossa história. Há que celebrar o que construímos porque nos possibilita a luta atual, cotidiana contra as paredes e tetos de vidro tecidos por um patriarcalismo que busca nos silenciar e dominar nossos corpos. Somos história de inquietude e de conquistas e continuamos com a coragem de nascença que as mulheres carregam a construir um mundo onde a cidade não nos seja negada, nossos corpos não sejam feridos, a justiça seja tão natural e tão entranhada nas nossas relações que possamos nos acostumar com ela. Continuamos sem medo de ser feliz e sem medo de ser mulher na construção de um mundo novo. Com a certeza de que voltaremos a ter este país para o povo, seguimos na luta.

Erika Kokay

Amo a mulher que sou porque fui gestada nas lutas, na resistência para me manter viva. Assim, conclamo todas as mulheres para que sejamos unidas, fortes e parceiras umas das outras.

Lêda Gonçalves

Lutar sempre, em qualquer espaço que estivermos, desistir jamais, mesmo que sejamos poucas nessa luta pela igualdade de gênero e respeito por todos os seres humanos.

Lúcia Carvalho

Parabéns a todas companheiras da Secretaria de Mulheres do PT-DF, que vem dando continuidade ao

trabalho das coordenações anteriores com muita garra na organização da luta e enfrentamento à violência contra as mulheres. Luta cada vez mais necessária, dado o aumento dos casos de feminicídios, bem como outros tipos de violência. Muito importante esse material que vai organizar a memória das lutas das Mulheres do PT-DF.

Maria Auriene

Quero deixar minha saudação a todas as mulheres que lutam pelas bandeiras feministas, independente de nossa filiação partidária, reconhecendo que o PT sempre foi um celeiro de lutadoras e combatentes pela igualdade e pelo socialismo. Agradeço a oportunidade desse diálogo. Muito obrigada a vocês!

Maninha

Seguimos juntas na organização das mulheres na luta contra desemprego, desigualdades e por democracia.

Maria Laura

Nós, mulheres petistas, feministas e socialistas, somos coragem, ousadia e força. Desejo que cada uma acredite em seu potencial e no sonho de juntas, na resistência e na luta, construirmos um mundo bem melhor, sem violência, racismo e machismo, com mais cuidado, igualdade de direitos e oportunidades para nós, nossas filhas, mães, netas, irmãs, avós, tias e companheiras. Mexeu com uma, mexeu com todas! Um abraço fraterno e petista.

Professora Eliceuda

Companheiras, nesses tempos tão sombrios de profundo retrocesso a organização das mulheres, o enfrentamento à violência e o fortalecimento da luta são fundamentais para derrotarmos o fascismo e construir o país que sonhamos.

Rejane Pitanga

Prezadas companheiras, a trajetória de tantas lutas das mulheres petistas ao longo desses anos é motivo de muito orgulho, esperança e coragem. Nossa história, nos estimula, com renovado vigor, a nos comprometer sempre mais na construção de um PT feminista e socialista.

Ricardina Almeida

Quando me vejo no espelho no auge dos meus 61 anos de idade, aparece a lembrança da menina que sonhou muito com a autonomia e liberdade das mulheres, lutou pela criação da primeira DEAM da cidade, pelo fim da violência contra as mulheres e sua maior ocupação nos espaços de poder, foram muitos os sonhos que se tornaram realidade. Rendo aqui minha homenagem as várias companheiras feministas do Partido dos Trabalhadores que, comigo, dividiram o sonho da emancipação das mulheres e também as que estão chegando, pois o nosso sonho não pode acabar. Viva as Mulheres do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras!

Silvânia Matilde

Avante, mulheres do PT, o partido precisa de todas nós!

Sônia Palhares

Apesar de termos decidido livremente frequentarmos uma organização religiosa protestante onde, a exemplo do que acontece na sociedade civil, os espaços de poder são ocupados por homens, brancos e ricos, nós, mulheres, no protestantismo histórico nos fortalecemos nas Uniões Femininas, no protestantismo pentecostal, nos Círculos de Oração, nos Ministérios de Mulheres onde lutamos, resistimos e sobrevivemos pelos direitos das mulheres na sociedade eclesiástica e na sociedade civil.

Waldicéia de Moraes

SUMÁRIO

I - APRESENTAÇÃO 8

II - O PT E A VIDA DAS MULHERES 10

Introdução **10**

Fundação do PT **10**

Décadas de 1980 e 1990: Lutas internas e na sociedade **11**

Anos 2000 a 2021: ascensão, resistência e retrocessos **16**

Mulheres nas ruas **16**

Conferências públicas: uma política de participação social **18**

No Partido das(os) Trabalhadoras(es) **24**

A inovação do Projeto Elas por Elas **24**

A Lei do Fundo Especial de Financiamento de Campanha **25**

Quadro dos Encontros Nacionais das Mulheres do PT **26**

Linha do Tempo **27**

III - CONSTRUÇÃO DISTRITAL 58

Fundação **58**

As conquistas de um povo lutador **58**

Mulheres petistas em cargos eletivos no DF **59**

Nossa história contada por nós **64**

IV - DESAFIOS 71

Não sou livre enquanto outra mulher
não o for, mesmo quando as correntes
dela forem diferentes das minhas.

Audre Lorde

Apresentação

O caderno de formação Feminismo e luta das mulheres petistas: memórias e desafios, construído pela Secretaria de Mulheres e Secretaria de Formação do PT-DF, tem como objetivo fazer um resgate histórico da organização das mulheres petistas desde a fundação do PT, com destaques de documentos e resoluções aprovados ao longo da história do partido, bem como trazer o conjunto das políticas públicas implementadas nos governos Lula e Dilma que fizeram a diferença na vida de milhões de mulheres e impactaram profundamente a sociedade brasileira.

No âmbito local, resgatamos o início do PT-DF, ressaltando a formação dos núcleos de base, que existiram antes mesmo de 10 de fevereiro de 1980, data oficial da fundação do Partido das(os) Trabalhadoras(es). Já naquele momento, as mulheres estavam empenhadas na construção do PT no Distrito Federal e eram imprescindíveis para a consolidação do partido na capital do país.

Destacamos a mobilização e a organização das mulheres petistas no DF, ocupando as ruas para levar ao povo as propostas do PT. Companheiras cuja potência de suas trajetórias marcam a história do PT-DF e dos movimentos sociais da região. Mulheres diversas, que representam a pluralidade de nossa existência e dedicam-se à luta por uma sociedade com justiça social, mesmo com todas as barreiras propositalmente impostas pelo patriarcado capitalista para que mulheres não ocupem a política e possam, assim, transformar nossa sociedade.

Da fundação do partido aos dias atuais, as mulheres petistas seguem travando o debate da luta de classes e levando o feminismo e o combate ao racismo a todos os espaços. E, claro, de 1980 para os dias atuais muita coisa mudou.

Lutamos para existir como partido, mobilizamos a classe trabalhadora em prol desse projeto, perdemos eleições nacionais, ganhamos em 2002 com o presidente Lula e o reelegemos em 2006, em 2010 elegemos Dilma Rousseff como a primeira mulher presidenta do Brasil e a reelegemos em 2014.

Entretanto, as elites de nosso país, pactuadas com forças externas conservadoras, atuaram intensamente contra o governo de Dilma Rousseff, em seu segundo mandato, articulando um golpe parlamentar-jurídico-midiático-misógino que tirou Dilma Rousseff da presidência, jogando o Brasil em um período de perversidade extrema contra o povo, que perdeu direitos de forma recorrente.

O clima de ascensão do fascismo disseminado pela mídia tradicional, com a ampla cobertura das manifestações pró-golpe, em 2015, intensificado pelas fake news, fez cada vez mais seguidores, que encontraram em Jair Bolsonaro seu representante ideal.

Em 2018, Lula foi impedido de disputar a eleição presidencial devido à farsa da Lava Jato e acabou sendo injusta e ilegalmente encarcerado no mesmo ano. Naquela ocasião, Fernando Haddad assumiu o posto de candidato do PT e, numa eleição marcada por mentiras e impulsionamentos de notícias falsas, Jair Bolsonaro, candidato machista, racista, LGBTfóbico que contava com apoio de setores

fundamentalistas, ruralistas, representantes da indústria armamentista e grandes empresários, acabou sendo eleito. Desde então, as crises em que o Brasil mergulhou se aprofundaram cada vez mais.

Em 2020, o mundo foi impactado pela pandemia de Covid-19 e, no Brasil, o cenário se tornou desesperador, seja pela doença em si, seja por desemprego, fome, violência e falta de perspectiva da população.

Importante destacar que é neste contexto histórico de crise sanitária, política, econômica e social que o presente caderno de formação foi elaborado.

Um contexto de crise sanitária não só pelo aumento do número de casos e mortes em decorrência do vírus, mas também pela ausência de políticas de enfrentamento à pandemia. A ofensiva de Bolsonaro para o desmonte do SUS é voraz, assim como a falta de investimento na ciência.

No Distrito Federal, o atual chefe do Executivo, Ibaneis Rocha, segue na mesma toada e já demonstrou em vários momentos que isolamento social é a famosa “história para inglês ver”.

A crise política é cercada pelas denúncias de corrupção da família Bolsonaro, assim como pelos altos desvios de recursos públicos em pleno caos que as(os) brasileiras(os) vivem. Não são poucos os escândalos envolvendo Bolsonaro e seus filhos, como o que diz respeito a Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro, que coordenava o esquema de “rachadinha” no gabinete do então deputado estadual. Além disso, existem todas as inconstâncias com os outros poderes da República, sobretudo o Judiciário, em que Bolsonaro trava uma verdadeira guerra contra alguns ministros do STF.

A crise econômica é um acúmulo de medidas adotadas desde o Golpe de 2016. Esse acúmulo se resume em retrocessos que estão atingindo diretamente a classe trabalhadora, principalmente as mulheres, as quais estão sendo mais afetadas pelo desemprego, sobretudo mulheres negras, pela reforma trabalhista, pelo desmonte das políticas sociais, por meio da Emenda Constitucional nº 72 (PEC da Morte) e de outros ataques aos direitos do povo. Destacamos que, a todos esses ataques, é somado o avanço do conservadorismo e do fundamentalismo de setores religiosos.

A crise social se aprofunda. O racismo estrutural segue vitimando pessoas negras em todo o Brasil. Os crimes de ódio contra pessoas LGBTQ+, indígenas, militantes do direitos humanos, trabalhadoras(es) rurais sem-terra se tornam ainda mais numerosos, a fome assola milhões de famílias brasileiras, o abandono escolar aumenta a cada dia e atinge milhares de crianças e adolescentes, o desemprego bate à porta dos(as) brasileiros(as), as mulheres continuam sendo vítimas de violência.

Mesmo diante de tudo isso, nós resistimos ao projeto de necropolítica do governo Bolsonaro, pautado pela opressão de gênero, raça e classe, que tem como alvo os setores mais vulneráveis da sociedade, e seguimos na luta para que em breve o Brasil possa ter novamente um governo democrático-popular.

Neste contexto, o caderno de formação Feminismo e luta das mulheres petistas: memórias e desafios chega para impulsionar nossa luta e organização, trazendo importantes informações para subsidiar nossa militância feminista.

Saudações feministas,
Coletivo de Mulheres do PT-DF

O Pt e a vida das mulheres

Introdução

A história das lutas das mulheres no Brasil é constantemente invisibilizada e requer que todas nós continuemos a fazer seu resgate e sua sistematização, e passemos isso adiante para as novas gerações de forma contínua e permanente. Esse resgate e essa construção são parte das muitas das tarefas que temos enquanto feministas comprometidas com a construção partidária, do feminismo e do socialismo dentro do Partido das(os) Trabalhadoras(es), no Brasil e no Distrito Federal.

Esse é um compromisso histórico, afinal “Não há socialismo sem feminismo, nem feminismo sem socialismo” e com essa premissa seguimos adiante na construção de um mundo sem exploração de classe nem qualquer forma de opressão.

Fundação do PT



Bandeira das Mulheres do PT durante campanha em 1989.

Crédito: Vera Jursys.
Acervo CSBH/FPA

O Partido das(os) Trabalhadoras(es) nasce dentro de um contexto histórico no Brasil de bastante perseguição e criminalização dos movimentos e de qualquer ideia que visasse à luta por melhores condições de vida da classe trabalhadora. Isso porque o Brasil estava em meio a ditadura militar (1964-1985) e a resistência ao regime tinha como protagonistas diversos movimentos organizados em várias áreas de atuação, inclusive nas vias institucionais, como as igrejas e as universidades.

As lutas, os debates travados e o levante da classe trabalhadora, por meio dos sindicatos, principalmente na Grande São Paulo, trouxe a necessidade de construir um instrumento político para dialogar e representar a classe trabalhadora na via institucional, assim como levar para as ruas suas angústias e traduzi-las em lutas.

Nesse contexto, nasce, em 1980, o Partido das(os) Trabalhadoras(es), a partir da audácia coletiva dos grandes sindicatos, somados aos setores progressistas das igrejas, aos movimentos sociais, como o estudantil, o de luta pela terra e o cultural, além das associações comunitárias e outros grupos de resistência à ditadura e defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Desde sua fundação, o PT defendeu a importância dos movimentos sociais como parte do processo de organização da sociedade. As militantes petistas reafirmavam a necessidade de uma transformação global da sociedade, vinculada à luta feminista e, dessa forma, enfrentavam um duplo desafio: como militantes partidárias e socialistas no movimento de mulheres e como militantes feministas dentro do partido.

No movimento feminista, as petistas defendiam e defendem a militância feminista nos partidos políticos, sindicatos, centrais, movimentos sociais e demais instâncias de organização popular. Propunham e continuam propondo um movimento de mulheres massivo e enraizado com as lutas populares.

No PT não era diferente, as mulheres discutiam qual projeto de sociedade queriam para seus pares, contudo, foram invisibilizadas, sobretudo as mulheres negras, em tudo que é simbólico que marca essa construção. A exemplo das direções nacionais do partido que mantiveram uma composição em que a presença masculina se mantinha sempre em torno dos 90%.

O processo de seleção das direções do partido refletia e repetia os mecanismos encontrados nas diferentes áreas da sociedade, de maior exclusão das mulheres à medida que ascendia nos graus de hierarquia das direções (no caso do PT, diretórios municipais, estaduais, distrital e nacional). Expressando a divisão sexual de trabalho, papéis e funções, que colocam barreiras à entrada das mulheres nas esferas de poder público. Este não é um fenômeno característico ou exclusivo do PT. A presença das mulheres nas esferas de poder nos partidos políticos brasileiros é, em geral, ainda menor do que no PT, mesmo antes da aprovação de políticas de ação afirmativa.¹

Décadas de 1980 e 1990: Lutas internas e na sociedade

A história das mulheres petistas pode ser considerada a história do próprio Partido dos(as) Trabalhadoras(es). Nos primeiros anos do partido, formaram-se comissões, coletivos ou núcleos de mulheres em vários estados, principalmente nas capitais e, em nível nacional, argumentava-se que “qualquer movimento se organiza em torno de lutas” (Comissão de Mulheres do PT, 1981). Ainda em 1982, pouco depois da fundação do partido, o 1º Encontro Nacional do PT confirmou o que seria o começo de uma luta que dura até os dias de hoje.

As participantes do encontro afirmaram a necessidade da organização autônoma das mulheres, tendo em vista a situação específica de opressão que vivem, e revelaram as dificuldades em construir uma discussão de gênero dentro do próprio partido. Era o início da organização partidária, com a formação da Comissão de Mulheres, para debater a participação feminina nacionalmente.

Portanto, compreender a importância da auto-organização das mulheres, como movimento e também dentro do partido, sustenta a relação de respeito às instâncias do movimento. Também reconhece que é preciso desenvolver diversas iniciativas para enfrentar o poder patriarcal. Assim, as militantes

¹ GODINHO, Tatau. O PT e o feminismo. Mulher e Política: Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

feministas petistas contribuíram de maneira valiosa na construção do movimento de mulheres no Brasil.

Essa auto-organização se expressou nos primeiros documentos políticos do PT em que são reconhecidas as desigualdades entre mulheres e homens e a legitimidade da organização dos movimentos de mulheres. As mulheres já carregavam nas estrelas, camisetas, bandeiras e em outros materiais o lema “Não há socialismo sem feminismo” com a finalidade de incluir as pautas feministas nos grandes debates internos e de inseri-las no conjunto de lutas levantadas pelo PT.

Essa luta reverberou na sociedade, afinal o PT é um projeto de mudança das estruturas econômica e social que se perpetuam na sociedade há séculos. O entendimento das petistas era de que é preciso romper com o atual sistema econômico em vigência, o capitalismo e seus pilares, o patriarcado, o racismo e outras formas de opressões que o sustentam.

A pauta central na divisão sexual do trabalho e os seus desdobramentos na sociedade são apontados no Relatório do 1º Encontro Nacional do PT Sobre o Movimento de Mulheres, em 1982:

O que são problemas específicos da mulher

*A questão da especificidade não foi inteiramente discutida, inclusive por falta de condições para um aprofundamento de todo o tema. Apontou-se, no entanto, consensualmente, que existe uma opressão específica sobre a mulher a partir de sua condição enquanto “sexo feminino” e que faz parte da opressão geral sobre o conjunto da população explorada. Nesse sentido, houve acordo de que não existe uma contraposição entre a “luta geral” e a “luta específica”, porque a questão da mulher permeia todos os problemas da sociedade. As mulheres estão presentes nas escolas, nas fábricas, nas vilas, no campo – e, com elas, a sua condição de oprimidas. Isto é, qualquer luta levantada por mulheres pode ser encarada do ponto de vista feminista e, portanto, assumida pelo Movimento de Mulheres. Para exemplificar, dentro de um movimento por creches pode-se questionar por que são as mulheres que se preocupam sozinhas com os filhos, ou nos movimentos contra a carestia perguntar porque são elas as responsáveis pela economia doméstica, e a partir daí desenvolver toda uma discussão sobre o papel da mulher na sociedade, puxando, a partir da compreensão desenvolvida, outras reivindicações. Destacou-se nesse ponto a questão da mulher negra, que é ainda a mais oprimida por sua condição racial. Porém, esse é um ponto que deve ser muito mais aprofundado pelo Movimento de Mulheres.*²

Em 1986 essa luta começa a ser refletida nas resoluções partidárias, como segue:

*O projeto socialista deve incorporar as perspectivas colocadas por diferentes movimentos sociais que combatem opressões específicas – como das mulheres, dos negros, das nações indígenas etc. – indispensáveis para golpear importantes pilares da dominação exercida pela burguesia.*³

² CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA. Perseu: história, memória e política. Dossiê: Mulheres: Esquerdas,

³ Política e Trabalho. Volume I, nº. 01 (2007) - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções do 4º Encontro Nacional do PT, 1986.

Em 1988, as mulheres petistas buscavam traçar com mais nitidez os caminhos para a mudança, como debatido e aprovado no 2º Encontro Nacional de Militantes Petistas, e que o partido inseriu nas Resoluções do 1º Congresso Nacional do PT, em 1991:

No processo de construção de uma nova sociedade, é preciso garantir as formas de romper com a opressão milenar das mulheres. Isso exigirá uma política determinada de priorização de investimentos sociais que assegurem a coletivização do trabalho doméstico, a responsabilidade social com a educação das crianças, o direito e as condições das mulheres decidirem se querem ou não ter filhos, com serviços de saúde que lhes permitam o controle sobre seu próprio corpo e vários outros elementos econômicos e sociais sem os quais a igualdade das mulheres não pode ser de fato conquistada.

*Mas, construir uma nova sociedade não é apenas a transformação econômica. É também a transformação do próprio modo de pensar, das relações humanas, do cotidiano. Combater a submissão, a educação diferenciada, a repressão, a violência sexual, valores e costumes da sociedade burguesa faz parte das lutas pelas transformações pessoais, de homens e mulheres, de sua participação nos processos sociais, de sua vida cotidiana, de seus direitos e necessidades.*⁴



Boletim Nacional.
Crédito: CSBH/FPA

⁴PARTIDO DOS TRABALHADORES. Texto do 2º Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres do PT. Vitória, 1988..

O debate avançava, também, em reconhecer as várias formas de opressões que recaem sobre as mulheres negras. Como definido no Encontro anterior, as mulheres petistas se debruçaram no 2º Encontro Nacional sobre Movimento de Mulheres sobre o debate acerca do conjunto de opressões que atingem as mulheres negras (de classe, racial e sexual), além de continuarem aprofundando conhecimentos a respeito da divisão sexual do trabalho e do fortalecimento da luta pela participação feminina na política e nos espaços públicos.

Nesse espaço houve um impulso para a organização de secretarias estaduais e a criação de uma Secretaria Nacional de Mulheres do Partido dos Trabalhadores.

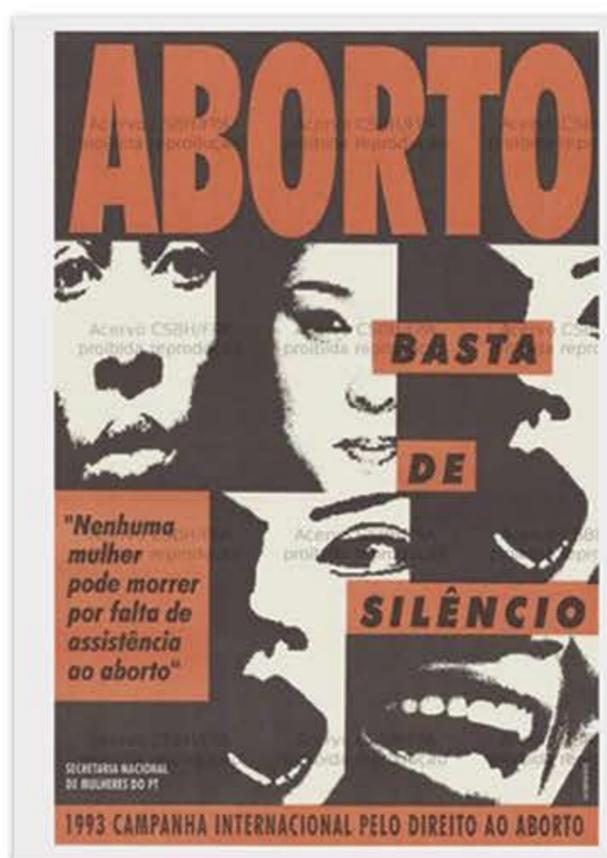
Nesse mesmo período, ocorria o processo da Constituinte, momento em que as mulheres brasileiras participaram ativamente, mobilizando, promovendo debates, inclusive nos lugares mais remotos do Brasil, e levaram pautas para serem discutidas na Assembleia Constituinte, com a finalidade de construir uma sociedade sem opressões e mais equânime para as mulheres. As petistas se somaram, realizando um Encontro para tal finalidade. No Congresso Nacional, as parlamentares do PT se articularam e conseguiram junto às demais, inserir na proposta da nova Constituição da República Federativa do Brasil muitas das reivindicações que chegaram à Assembleia Constituinte por via popular.

É importante destacar que o projeto do PT apontou várias propostas importantes voltadas à superação da desigualdade entre os gêneros. Como princípios gerais, destacavam-se a defesa da completa igualdade entre mulheres e homens, a condenação de todas as formas de discriminação, fim do racismo, a defesa do direito à livre orientação sexual, a garantia de seguridade social para as donas de casa, trabalhadoras rurais e empregadas domésticas e a concessão de título de posse de terra em iguais condições às mulheres.

Também apresentou diversos aspectos relacionados aos direitos civis e uma perspectiva libertária das relações entre mulheres e homens. O PT defendia ali a equiparação de direitos e deveres entre homens e mulheres no casamento, total liberdade de divórcio, o direito ao acesso aos meios de planejamento familiar como livre decisão do casal e que a não criminalização do aborto. Também propunha a ampliação da licença-maternidade, a criação da licença-paternidade e a afirmação de direitos das empregadas domésticas.

Várias das propostas do PT passaram a fazer parte da Constituição brasileira, mas os pontos mais radicais ficaram de fora. Esse foi o caso da proposta de modificação da legislação sobre o aborto.

Em 1991, o debate sobre a participação das mulheres na política foi central no 3º Encontro Nacional do PT sobre Movimento de Mulheres, em que foi aprovada a Resolução de que o partido deveria apontar garantias para efetivar a participação equitativa entre mulheres e homens.



Aborto - basta de silêncio.
Ano 1993, Brasil.
Crédito CSBH/FPA

O entendimento era que, por mais que as mulheres estivessem na base do partido, na hora de eleger delegados(as) e dirigentes, sua presença era muito menor. Desta forma, as militantes petistas começaram a defender a proposta de uma medida de ação afirmativa que garantisse aumentar a presença das mulheres nas direções: uma cota mínima de 30%.

No mesmo ano, no 1º Congresso Nacional, o PT inovou no âmbito partidário no país, aprovando a cota mínima de 30% de mulheres nos cargos dirigentes. Antes disso, a presença das mulheres nas direções do partido era muito pequena. No Diretório Nacional, por exemplo, as mulheres representavam menos de 7%, desde a fundação do partido. E a situação era a mesma nas direções estaduais e distrital, conforme demonstrado na tabela abaixo:

ANO DA ELEIÇÃO DA DIREÇÃO NACIONAL	TOTAL DE MEMBROS	NÚMERO DE HOMENS	%	NÚMERO DE MULHERES	%
1981	92	84	91,3%	08	8,7%
1984	66	62	93,9%	04	6,1%
1986	81	76	93,8%	05	6,2%
1987	81	77	95,1%	04	4,9%
1990	82	77	93,9%	05	6,1%

Fonte: PARTIDO DOS TRABALHADORES. Feminismo e organização das mulheres petistas. Organização: Secretaria Nacional de Mulheres do PT e Escola Nacional de Formação, 2011.

Após a aprovação da ação afirmativa em 1991, notou-se como era gritante a ausência das mulheres nas instâncias partidárias. Seguem dados das direções dos anos de 1993 a 2010:

ANO DA ELEIÇÃO DA DIREÇÃO NACIONAL	TOTAL DE MEMBROS	NÚMERO DE HOMENS	%	NÚMERO DE MULHERES	%
1993	84	59	70,24%	25	29,76%
1995	83	58	69,88%	25	30,12%
1997	83	58	69,88%	25	30,12%
1999	83	58	69,88%	25	30,12%
2001	81	56	69,14%	25	30,86%
2006	82	59	71,95%	23	28,05%
2010	82	57	69,51%	25	30,46%

Fonte: PARTIDO DOS TRABALHADORES. Feminismo e organização das mulheres petistas. Organização: Secretaria Nacional de Mulheres do PT e Escola Nacional de Formação, 2011.

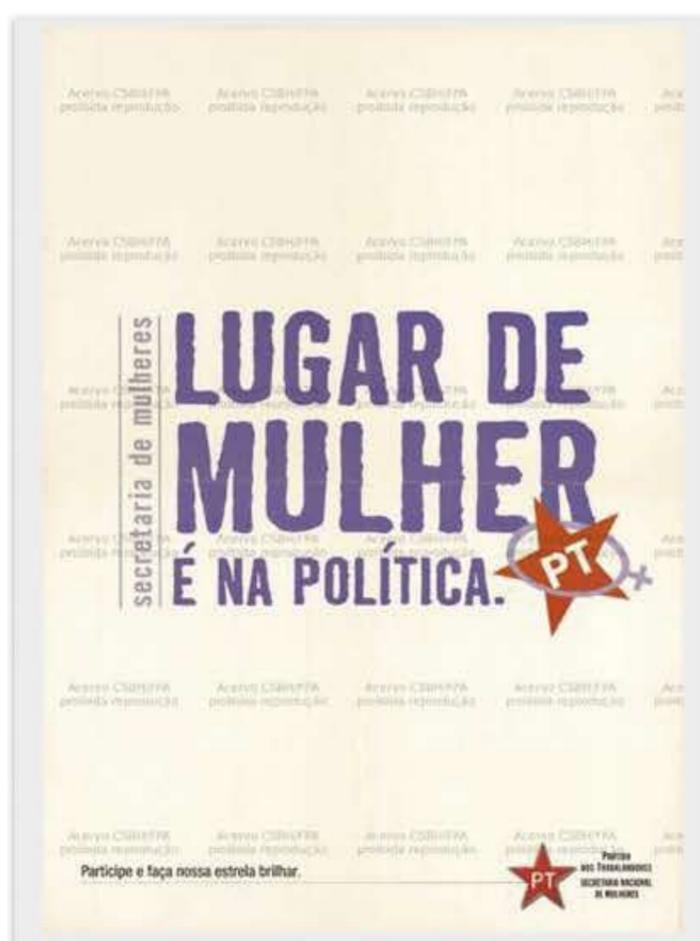
Os avanços também se espalharam para além das fileiras partidárias e, em 1997, o PT, por meio da deputada federal Marta Suplicy, levou a proposta para o Congresso Nacional, que aprovou e sancionou a Lei nº 9.504/97, que regulamenta as eleições e indica a cota mínima de 30% para candidatura de um dos sexos.

A aplicação da cota fortaleceu a participação nas direções e nas eleições gerais e municipais. No entanto, tal avanço não eliminou nem neutralizou mecanismos internos e externos que dificultam a participação das mulheres na política.

A organização política das mulheres do PT envolveu também a participação nas eleições municipais, estaduais, distritais e presidenciais, em resoluções que tratavam da mulher trabalhadora, do trabalho doméstico na cidade e no campo e da violência sexual. A firme posição das mulheres do PT de manter a organização autônoma em cargos de direção, no partido e nos cargos públicos em conselhos e coordenadorias da mulher certamente contribuiu para que fosse possível o Brasil eleger sua primeira presidenta em 2010.

A luta das mulheres petistas não se restringiu às batalhas internas, pois a década de 1990 é marcada pelo avanço do neoliberalismo no Brasil, além de ter sido um período de derrotas para a esquerda e de fortalecimento do capitalismo na América Latina.

Neste período, as pautas progressistas sofreram profundos retrocessos. Desde o governo Collor até o governo Fernando Henrique Cardoso, muitos serviços públicos foram privatizados, serviços sociais viraram mercadoria comprada e vendida.



Lugar de Mulher é na política.
(Data desconhecida, Brasil).
Crédito: CSBH/FPA



Seja você também uma estrela!
(Data desconhecida, Brasil).
Crédito: CSBH/FPA

Anos 2000 a 2021: ascensão, resistência e retrocessos

Mulheres nas ruas

A partir dos anos 2000, crescem as lutas na América Latina, em particular na região sul-americana e, neste contexto, se abrem possibilidades de radicalização de reivindicações. A articulação internacional permite que seja recolocado o debate de projeto geral de transformação da sociedade e

retomado o debate sobre o socialismo no século 21.

Há forte presença das mulheres nas principais lutas de resistência no continente e as reivindicações feministas demandam igualdade e organização das mulheres.

Não diferente das eleições anteriores, em 2002, os partidos políticos de esquerda e progressistas, os movimentos sociais, o movimento feminista, o movimento estudantil e outras organizações focaram em eleger um representante que de fato representasse os interesses da maioria da população brasileira.

O PT lançou novamente a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, que já havia sido candidato em eleições anteriores. Lula foi eleito e tornou-se o primeiro operário a ocupar o cargo mais importante do Brasil. Fato tão inédito que levou mais de 1 milhão de pessoas de todo o Brasil para a Esplanada dos Ministérios no dia 1º de janeiro de 2003, mesmo ano em que foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), o que deu início a uma série de políticas públicas de inclusão, proteção, valorização, autonomia e empoderamento das mulheres brasileiras. Em 2006, Lula é reeleito para dar continuidade ao projeto de mudança da vida da classe trabalhadora. Destaca-se que, naquele ano, Lula sancionou a Lei Maria da Penha, uma importante conquista para o enfrentamento à violência doméstica e familiar.

Nas eleições de 2010, o PT ousou muito mais em termos de ascensão das mulheres aos espaços de poder e decisão: lançou a candidatura de uma mulher para a Presidência do país, Dilma Vana Rousseff, que foi eleita e tornou-se a primeira mulher a exercer o cargo na história do Brasil. Em 2014, a disputa eleitoral foi acirradíssima e o processo se pautou por ataques misóginos, sexistas e já baseado em fake news. E, mesmo contra a mídia, empresários, latifundiários, pecuaristas, isto é, contra a elite brasileira, Dilma foi reeleita, levando seus adversários a darem início a uma luta política sem precedentes, que resultou no golpe de 2016.

Com tais feitos históricos, e tantos outros que ocorreram no decorrer dos dois governos, Lula e Dilma mostraram que o Estado deve e pode mudar a vida da população brasileira.

Vale ressaltar que esse breve resgate tem por finalidade apresentar os avanços que obtivemos entre 2003 e 2015 no que concerne às lutas das mulheres, principalmente, no que tange à implementação de políticas sociais e de políticas públicas.

O primeiro passo dado para as mudanças da vida das mulheres foi a criação, em 2003, da Secretarias Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, todas com status de ministério. Isso permitiu a construção e a implementação de políticas públicas para as mulheres e atendeu à diversidade existente em nossa sociedade e nos diversos territórios do Brasil, além de trazer como consequência, o debate sobre as diversas formas de opressões seculares.

Dessa forma, foi estabelecido um parâmetro para os governos estaduais e municipais, dirigidos pelo PT, que adotaram a mesma estrutura governamental, o que possibilitou a interiorização dessas políticas.



Cerimônia de posse do primeiro mandato da Presidenta da República Dilma Rousseff, Brasília-DF, 01 janeiro de 2011.
Foto: Roberto Stuckert Filho.

Conferências públicas: uma política de participação social



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva abre a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, no Clube do Exército, em 2004.
Foto: Roberto Barroso/ABr.

A chegada do PT à Presidência da República ampliou as oportunidades de participação social, por meio das conferências nacionais. De acordo com o pesquisador Leonardo Avritzer, que coordena o Projeto Democracia Participativa (Prodep) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), “entre 2003 e 2010, o governo Lula realizou 74 conferências nacionais das quais participaram 6,5% da população brasileira”.

Durante esse período de participação social, foram elaboradas e debatidas pelos movimentos feministas e de mulheres diversas propostas de políticas públicas que, após aprovadas nas Conferências de Políticas Públicas para as Mulheres nos três níveis – municipal, estadual e nacional – foram implementadas nos anos subsequentes à realização de cada conferência.

Esse modelo de implementação de políticas públicas, que vinha se firmando, apontava para uma política de participação social, sendo assim, registrado por Avritzer:

Neste sentido, o elemento deliberativo aponta para um formato nacional da participação social que inexistia no Brasil até o começo do governo Lula. Esse formato que hoje está se

consolidando com as conferências nacionais realizadas em 2011 nas áreas da saúde, assistência social e políticas para as mulheres sugere um novo momento participativo no Brasil

Durante os governos Lula e Dilma, foram realizadas quatro Conferências Nacionais de Políticas Públicas para as Mulheres, conforme mostra o quadro abaixo:

ANO	EDIÇÃO
2004	1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres
2007	2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres
2012	3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres
2016	4ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres

Fonte: Coletivo de Mulheres do PT-DF.

As conferências nacionais de mulheres abordaram as diversas necessidades deste segmento da população brasileira e consideraram a transversalidade, abarcando a diversidade existente nos territórios do país, levando Avritzer a observar que “a participação dos atores da sociedade civil nas conferências nacionais exerceu também o papel de reforçar a agenda política da secretaria frente ao governo federal e ao Congresso Nacional”.

O corte brusco nesse modelo de implementação de políticas públicas ocorreu após a 4ª Conferência de Políticas Públicas para as Mulheres, devido ao golpe ocorrido em 2016 contra a presidenta reeleita Dilma Rousseff, que se configurou como o maior retrocesso da democracia brasileira, desde 1964.

Enquanto foi possível, participando ativamente da mobilização e realização das conferências nacionais de mulheres, as petistas contribuíram para a construção do Modo petista para governar e as políticas para as mulheres, propondo programas e planos voltados às diversas áreas, tais como trabalho, educação, saúde, cultura, autonomia financeira e enfrentamento a todas as formas de violências contra as mulheres, entre outras.



Presidente Lula homenageia a coordenadora do Comitê Brasileiro Mil Mulheres, Clara Charf, durante a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2004.

Foto: Roberto Barr/so/ABr.

Foram várias as propostas implementadas, apresentamos neste material algumas das que mais ganharam destaque:

O Plano Brasil sem Miséria, que articulou diversas iniciativas do governo federal e de governos estaduais e municipais com a finalidade de reduzir a pobreza, que atinge diretamente as mulheres, as quais foram priorizadas pelo Programa Bolsa Família, no qual as mulheres são as titulares.

O Programa Minha Casa, Minha Vida, que foi lançado em 2009 com a finalidade de atender a demanda de moradia das famílias de baixa renda e assegurar infraestrutura social adequada. Até 2013 foram mais de 1,24 milhão de famílias atendidas. A titularidade dos imóveis foi feita de forma preferencial por mulheres que firmaram 40% do total de contratos assinados.

A PEC das Domésticas, hoje Emenda Constitucional nº 72, que trouxe a equiparação dos direitos trabalhistas das(os) empregadas(os) domésticas(os) às(aos) trabalhadoras(es) formais. As trabalhadoras domésticas representam 93% do total dessa categoria, cuja maioria é composta por mulheres negras. Foi uma grande conquista, marcada por extensa luta histórica, que buscou a redução da precarização do trabalho doméstico e a garantia de proteção trabalhista contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, o seguro desemprego, a obrigatoriedade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a adequação das horas extras e do trabalho noturno.

A Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas públicas e particulares do ensino fundamental e ensino médio e possibilitou um mecanismo de enfrentamento ao racismo estrutural, que exclui historicamente negras e negros, maioria da população brasileira.

Quanto à **Saúde Integral das Mulheres**, dentre as diversas políticas implementadas, cabe destacar a ampliação do parto humanizado visando ao combate expressivo das violências na atenção obstétrica, assim como a Política Nacional de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, lançada em 2005, que tinha como principais eixos a ampliação da oferta dos métodos contraceptivos reversíveis gratuitos, o aumento do acesso à esterilização cirúrgica voluntária para mulheres e homens e a introdução da reprodução humana assistida no SUS. Outra política importante foi a de debate e implementação das políticas voltadas para a humanização do atendimento, respeitando a orientação sexual e a identidade de gênero.

O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que foi lançado em 2007, na 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. O Pacto aprofundou as ações desenvolvidas desde 2004 e agregou mais organicidade, articulação e densidade às ações executadas por vários órgãos da administração pública para a prevenção, o combate à violência e o atendimento às mulheres, garantindo uma expansão da Rede Especializada de Atendimento à Mulher, que engloba as Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (Deams), **Casas da Mulher Brasileira**, Centros de Referência Especializados de Atendimento à Mulher (Ceams), Casas-Abrigo, hospitais, entre outros. Dos equipamentos citados, vale destacar que Casa da Mulher Brasileira foi uma iniciativa pensada a partir da necessidade de melhorar o atendimento e o acolhimento das mulheres em situação de violências, além de unificar vários serviços em um único espaço e contribuir para um atendimento mais eficaz e digno às mulheres.

Foram inauguradas quatro casas inauguradas até 2015 em três estados (Mato Grosso do Sul, Paraná e Maranhão) e no Distrito Federal.

A Central de Atendimento à Mulher – **Disque 180**, que foi criada em 2005 e hoje é um dos principais instrumentos de atendimento às mulheres no que tange a orientação quando estão em situação de violência, bem como de recebimento de denúncias e reclamações dos serviços da rede especializada. Importante destacar que em 2011 o serviço foi ampliado para atender brasileiras que residem no exterior ou estão em viagens internacionais.

A Lei Maria da Penha, que foi sancionada em agosto de 2006. A Lei é o resultado da luta dos movimentos feministas e de mulheres e, principalmente, da própria Maria da Penha, que recorreu às instâncias internacionais para garantir justiça às tentativas de homicídio que sofreu. É uma política pública que obriga o Estado brasileiro a combater as várias formas de violências contra as mulheres. A partir dela, foram introduzidas no Judiciário brasileiro as Varas Especializadas nos Tribunais de Justiça, que concentram todas as ações judiciais em somente uma. Antes da Lei Maria da Penha cada ação – lesão corporal, divórcio, dissolução de união estável, danos materiais, danos morais e outras – devia ser reclamada nas respectivas esferas, o que causava transtornos e desestímulo às mulheres no prosseguimento das ações ou mesmo na sua proposição. Com o advento da lei, as múltiplas ações puderam ser concentradas em apenas uma. Outro avanço é a tipificação das várias formas de violências sofridas pelas mulheres

A Lei do Femicídio, que foi sancionada em 2015 e qualifica o homicídio de mulheres pela condição de ser mulher. A proposição foi construída a partir do resultado da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito contra a Violência a Mulher, instaurada em fevereiro de 2012 e que teve como um dos seus encaminhamentos a proposição dessa qualificadora, principalmente pela banalização dos assassinatos das mulheres por meio de argumentos feitos e aceitos nos tribunais e na sociedade, como a passionalidade e a defesa da honra, entre outros.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que garantiu o financiamento de investimentos de propostas de créditos para as mulheres agricultoras, articulando assistência técnica, o acesso ao crédito, apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comércio, atendendo mais de 340 mil mulheres nos primeiros dez anos.

Estas foram algumas das várias políticas públicas executadas nos governos Lula e Dilma que, infelizmente, estão sendo desmontadas desde 2016.

Em 2015, as mulheres feministas atuaram permanentemente contra várias pautas no Congresso Nacional que ameaçavam trazer retrocessos a tudo que conquistamos, sobretudo ameaças protagonizadas pelo deputado federal que presidia a Câmara Federal naquele momento, Eduardo Cunha.

O golpe já estava em curso e passou a se concretizar a partir de 2 de dezembro de 2015 quando Eduardo Cunha acatou um dos pedidos de impeachment contra Dilma. Desde então, o Partido das(os) Trabalhadoras(es), em conjunto com os movimentos que compõem a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo articularam, organizaram e mobilizaram a resistência contra o golpe, que se manteve

até o dia 31 de agosto de 2016. As mulheres estiveram na linha de frente da resistência, ocupando as ruas e as redes para travar a luta contra o golpe a Dilma Rousseff.

O golpe em si foi pensado e tentado desde a posse de Lula em 2003, contudo a reeleição da Dilma em 2014 aprofundou a articulação da direita frustrada com a derrota de Aécio Neves. Essa articulação entre mercado financeiro, agronegócio, empresários e mídia tradicional inviabilizou o andamento do segundo mandato da nossa companheira. Uma das características desse período foram as chamadas “pautas bombas”, impostas pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha. No âmbito do Executivo, os aumentos dos preços de produtos e serviços e o arrocho fiscal passaram a tirar direitos e cidadania da população.

As Secretarias Nacional, Estaduais e Distrital de Mulheres do PT se somaram e atuaram em atos, atividades e ações em todo o território brasileiro. No DF, a nossa atuação se concentrou nos atos nacionais, tanto dos dias de votação na Câmara Federal e no Senado Federal quanto nos atos que ocorreram durante o processo.

Com o golpe misógino contra Dilma Rousseff, contra a democracia e, principalmente, contra o povo brasileiro, foi instalada uma onda de retrocessos que se aprofundou com a proposta da reforma da previdência, as privatizações, o desmonte das estatais, em especial da Petrobrás, a entrega da infraestrutura de telecomunicação para o mercado de telefonia internacional, a reforma trabalhista, a Emenda Constitucional nº. 95 (PEC da Morte), que cortou gastos da educação, da saúde, das políticas sociais e das políticas públicas, entre outras áreas essenciais para a população.

Desde 2016, o Judiciário brasileiro se somou publicamente ao golpe e executou uma de suas principais etapas, a perseguição e a criminalização da principal liderança política do país, o ex-presidente Lula, que se tornou preso político meses antes das eleições de 2018, momento em que vimos o aprofundamento do conservadorismo e do fundamentalismo de setores religiosos.

Além de ter como a finalidade o impedimento da candidatura de Lula, a Lava Jato foi justificativa para o avanço da privatização da Petrobrás e a eleição de um candidato que representasse unicamente o mercado financeiro, empresários, latifundiários, madeireiros, garimpeiros e pecuaristas.

O candidato que substituiu Lula foi Fernando Haddad, permanecendo Manuela d’Ávila como candidata a vice-presidenta. Nessas eleições, as fake news, articuladas, financiadas e espalhadas pela família de Bolsonaro e seus apoiadores, foram decisivas para o resultado final, mas não foram o único motivo de sua eleição. O crescente fascismo presente em uma parcela da sociedade encontrou em Jair Bolsonaro seu representante legítimo.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, o cenário de retrocessos se aprofundou e as trabalhadoras e trabalhadores sofrem com o avanço da precarização, o conjunto de reformas avassaladoras, o fortalecimento da cultura armamentista, ataques aos direitos dos povos indígenas, o avanço acelerado da devastação do meio ambiente para atender a interesses de ruralistas, a alta dos preços e todas as medidas adotadas pelo atual governo, que retiram ainda mais os direitos do povo brasileiro.

Todavia, reviravoltas no processo do golpe mexeram nas pedras do jogo político nacional e o ex-presidente Lula foi solto em 2019. Solto, Lula passou a falar ainda mais sobre as acusações forjadas contra ele pelo grupo de juízes e procuradores de Curitiba, pautando o debate público acerca da

Operação Lava-Jato.

Neste contexto, o pedido de suspeição de Sérgio Moro, apresentado pela defesa de Lula, ganhou força. Em 2021, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a suspeição do juiz na ação penal que condenou Lula injustamente, restando comprovada a parcialidade de Moro. A decisão restituiu a Lula o direito de ser candidato e foi confirmada pelo plenário do STF.

A pandemia de Covid-19, que atingiu todo o planeta, chegou ao Brasil rapidamente e foi acentuada pelo negacionismo e pela política genocida do governo Bolsonaro, causando milhares de mortes que poderiam ser evitadas se o governo levasse a sério a gravidade do surto de coronavírus. Importante destacar que as mulheres foram ainda mais afetadas pelas crises sanitária, econômica, política e social promovidas pelo governo Bolsonaro.

Neste contexto, as mulheres seguiram resistindo ao avanço do conservadorismo e ao desmonte das políticas públicas e sociais que atingem diretamente a vida delas em toda sua diversidade, manifestada por meio de mulheres negras, indígenas, quilombolas, ciganas, do campo, lésbicas, bissexuais, trans, jovens e idosas.



Não ao golpe contra Dilma.
Ano 2016.
Foto: Paulo Pinto (AGPT).



Lula em São Bernardo do Campo.
Ano 2018.
Foto: Ricardo Stuckert.



Ato em defesa da democracia. Brasília, Ano 2016.
Foto: Lula Marques, Agência PT.

No Partido das(os) Trabalhadoras(es)

Após quatro décadas da fundação do PT, as mulheres avançaram muito na construção interna e na intervenção na sociedade. Participaram ativamente de todos os processos internos e sempre apresentaram emendas e trouxeram discussões com o objetivo de levar para a centralidade do partido as pautas afetas a mudança da vida das mulheres.

O rol de pautas ampliou-se ao longo dos anos, além de participação política, autonomia das mulheres, divisão sexual do trabalho e outras, as petistas acumularam temas na construção da plataforma feminista, articulando gênero, raça e classe.

Esse acúmulo garantiu a articulação com parlamentares e governos nos municípios e estados para que aprovassem projetos em benefício das mulheres trabalhadoras. Tradicionalmente, as Secretarias de Mulheres nos três níveis debatem e constroem plataformas de governos e de atuação parlamentar.

Um dos grandes momentos para as mulheres petistas foi a conquista, no 4º Congresso Nacional do PT, da paridade entre mulheres e homens, assim como a estipulação das cotas de 30% para jovens e negras(os) nas direções e delegações do partido. O grande desafio hoje é manter essas conquistas e dialogar com o conjunto do partido sobre seu cumprimento.

Em 2017, foi aprovada no 6º Congresso Nacional do PT a Resolução sobre Enfrentamento da Violência contra as Mulheres no PT, que cria as Comissões de Combate à Violência contra a Mulher nos Diretórios Estaduais e Distrital com a finalidade de acolher, orientar e analisar denúncias de violências que ocorrerem nos espaços internos envolvendo filiadas e filiados. Nacionalmente, foi criado um Grupo de Trabalho ligado ao Coletivo Nacional de Mulheres para acompanhar e orientar sobre o andamento das Comissões nos estados e no DF, assim como para elaborar materiais que visem ao combate das diversas formas de violências contra as filiadas dentro do partido.

A inovação do Projeto Elas por Elas

Em 2018, foi lançado o Projeto Elas por Elas com o objetivo de fortalecer e incentivar novas lideranças femininas do partido a participar da política, com possibilidade de assumir espaços de poder e decisão nas eleições. O Elas por Elas é um marco na luta das mulheres filiadas ao PT e serve como inspiração para que mulheres de outros partidos também possam elaborar projetos similares na perspectiva de ampliar a participação feminina na política. A partir de então, o PT passou a pautar com mais veemência a necessidade de termos mulheres feministas na política, garantindo inovação e promovendo o aperfeiçoamento dessa luta diante da realidade das mulheres nos territórios.

O Elas por Elas foi criado com o objetivo de dar mais visibilidade e oferecer condições para que mulheres petistas, considerando toda nossa diversidade, possam disputar vagas em cargos eletivos em condição de igualdade com homens, o que gerou, também, uma rede de influência de mulheres por todo o país, na qual aquelas com trajetória já consolidada têm papel fundamental de intersecção e impulsionam mulheres que se candidatam pela primeira vez.

No DF, o Elas por Elas foi imediatamente assumido pelas petistas que, enfrentando os mais difíceis desafios, participaram das eleições de 2018, coordenando e contribuindo com as candidaturas

e, assim, inauguraram uma nova organização interna de empoderamento de projetos eleitorais de mulheres oriundas das mais diversas organizações e movimentos sociais, populares e culturais. Muito foi conquistado na lua interna partidária a favor das mulheres, entretanto é preciso que ocorram ainda mais avanços para que possamos chegar, de fato, à igualdade, sobretudo econômica, entre mulheres e homens nas campanhas eleitorais.



Lançamento Nacional Elas por Elas 2018.
Brasília-DF. Autor desconhecido.



Lançamento Elas por Elas – DF 2018.
Foto: Clareana Cunha.



Formação Elas por Elas 2018. Brasília – DF.
Foto: Clareana Cunha.

A Lei do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas

Nessa perspectiva de financiamento das campanhas femininas, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em maio de 2018, sobre a inconstitucionalidade de uma alteração na Lei nº 9.504/97, aprovada pelo Congresso Nacional em outubro de 2017, que limitava em 15% o valor do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas (FEFC) para as campanhas de candidaturas femininas.

Após provocação do Ministério Público Federal, o STF estipulou a destinação de no mínimo de 30%, porcentagem proporcional às cotas obrigatórias de candidaturas nos partidos, tendo em seguida, como consequência, a aprovação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) da inclusão do seguinte texto ao artigo 19 da Lei nº. 9.504/97: § 3. Os partidos políticos devem destinar no mínimo 30% (trinta por cento) do montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para aplicação nas campanhas de suas candidatas”, além da obrigatoriedade de aplicar a mesma porcentagem no tempo de propaganda gratuita.

Tal avanço foi muito comemorado pelas mulheres, mesmo a porcentagem sendo bem aquém da realidade do eleitorado brasileiro, que é composto por 52% de mulheres. Todavia, a prática demonstrou que a cota estipulada está distante de garantir um mínimo de equidade, pois prevalecem ainda os subterfúgios no sistema político, o que exige das feministas novas batalhas e muito debate.

Quadro dos Encontros Nacionais das Mulheres do PT

Resgatamos abaixo os encontros realizados pelas petistas com o objetivo de dar continuidade a organização, mobilização e indicação das prioridades em cada período ao longo dos 41 anos de história do PT:

ANO	ENCONTRO E LOCAL
1982	1º Encontro Nacional do PT sobre os Movimentos de Mulheres. São Paulo/SP
1986	Encontro de Mulheres – Discussão das propostas para a Constituinte. São Paulo/SP
1988	2º Encontro Nacional do PT sobre os Movimentos de Mulheres. Vitória/ES
1991	3º Encontro Nacional do PT sobre os Movimentos de Mulheres. Ibité/MG
1993	4º Encontro Nacional de Mulheres do PT. Rio de Janeiro/RJ
1995	5º Encontro Nacional de Mulheres do PT. Belo Horizonte/MG
1997	6º Encontro Nacional de Mulheres do PT. Belo Horizonte/MG
1999	7º Encontro Nacional de Mulheres do PT. Xerém/RJ
2001	8º Encontro Nacional de Mulheres do PT. Guarulhos/SP
2005	9º Encontro Nacional de Mulheres do PT. São Paulo/SP
2008	10º Encontro Nacional de Mulheres do PT. Brasília/DF
2012	11º Encontro Nacional de Mulheres do PT. Brasília/DF
2017	12º Encontro Nacional de Mulheres do PT. Brasília/DF
2021	13º Encontro Nacional de Mulheres do PT. A definir

Fonte: PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Feminismo e organização das mulheres petistas.**

Organização: Secretaria Nacional de Mulheres do PT e Escola Nacional de Formação, 2011. [E adaptações]

LINHA DO TEMPO

Desde os primeiros momentos de sua fundação, o PT discute a situação e os direitos das mulheres. A seguir, trazemos uma síntese das principais questões em cada momento, a partir dos encontros e congressos:



ANOS DE FORMAÇÃO DO PT

TRECHOS DE RESOLUÇÕES
E OUTROS DOCUMENTOS

1979, 1980, 1981

Anos de formação – 1979, 1980, 1981

Declaração pública - 1979

Movimento de mulheres como um dos componentes na formação do PT

“A idéia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende das fábricas aos bairros, dos sindicatos às comunidades eclesiais de base: dos movimentos contra a carestia às associações de moradores; do movimento estudantil e de intelectuais às associações profissionais; do movimento dos negros ao movimento das mulheres. E ainda outros. Como os que lutam pelos direitos das populações indígenas”.

Encontro de fundação do PT – 1980 – Programa e Plano de Ação do Partido dos Trabalhadores

Reconhecimento da discriminação da mulher, identificada na classe trabalhadora

“O PT considera que as discriminações não são questões secundárias, como não é secundário o problema da mulher trabalhadora segregada na fábrica, no campo e, não raro, também no lar. O PT lutará pela superação destes problemas com o mesmo empenho com que luta contra qualquer forma de opressão. Sem isto, a democracia será palavra vazia para os trabalhadores, marginalizados social e politicamente, de ambos os sexos e de qualquer raça e cultura.”

Item específico de apoio aos movimentos e contra a discriminação racial e de mulheres.

“VII. Apoio aos movimentos de defesa dos direitos das mulheres, negros e índios.

- Contra toda a discriminação racial, econômica, social e política.*
- Contra a discriminação da mulher.”*

1981 - 1º Encontro Nacional do PT

Reconhecimento da opressão específica, da importância da luta contra o machismo e da necessidade de mudança também dos homens. **Preocupação em legitimar a identidade de classe das mulheres.**

“É importante dizer uma palavra sobre o movimento de mulheres, forma de organização específica que se multiplica por este país. Frente à cultura machista que respiramos, às estruturas de uma sociedade tida como exclusiva obra masculina, reconhecemos o direito e o dever das mulheres lutarem por seus direitos, libertando-se da condição de objeto de cama e mesa, de serem destinadas unicamente a procriar, de escravas do lar, de trabalhadoras superexploradas. A luta das mulheres deve ajudar a nós, homens, a nos reeducarmos na direção da sociedade igualitária que queremos construir juntos. Entretanto, estamos convencidos de que essa luta não pode desligar-se da luta global de todos os brasileiros por sua libertação. A questão feminina não interessa só às mulheres e nem se reduz à conquista de liberdades pessoais que, por vezes, são meros paliativos burgueses. Homens e mulheres, juntos, devemos lutar incessantemente pela emancipação das companheiras que são escravizadas nas roças e nas fábricas, que enfrentam a maternidade com insegurança e medo, que prostituem seus corpos por não terem outro meio de vida, e que jamais tiveram como exprimir sua palavra.”

Afirmção da importância da organização dos movimentos sociais e de sua autonomia ante o Estado e partidos políticos

“Não admitimos que as creches, os clubes de mães, as associações de moradores, os movimentos de favelas, os grupos de luta pela terra, as entidades feministas, os núcleos artísticos e demais formas de o nosso povo se organizar na base sejam manipulados como currais eleitorais ou tratados à base do clientelismo político. Reconhecemos a autonomia do movimento popular frente ao Estado e aos partidos políticos.”



PERÍODO DE TRANSIÇÃO, DIRETAS JÁ! E CONSTITUINTE

TRECHOS DE RESOLUÇÕES
E OUTROS DOCUMENTOS

1982 a 1988

1982 - 2º Encontro Nacional do PT

Discussão da plataforma eleitoral “Terra, trabalho e liberdade”. Reconhecimento da desigualdade e da discriminação como mulher. Defesa de direitos específicos no trabalho, nas leis, na saúde, no controle do corpo, na decisão sobre ter ou não ter filhos e no papel social da maternidade. Contra a discriminação homossexual. Contra a discriminação racial.

“ (...)

7- SOMOS TODOS IGUAIS: CHEGA DE DISCRIMINAÇÃO. O Brasil que queremos não é apenas o povo comendo, morando, tendo saúde, vestindo e se educando. A vida que desejamos tem de ser baseada, sobretudo, numa relação profundamente humana e fraterna, igualitária, entre as pessoas, sem nenhum tipo de discriminação. E nesta questão a situação no Brasil é grave. A mulher é tratada como ser de segunda categoria. A ela cabem os piores empregos e os menores salários, além de estar submetida a dupla jornada de trabalho, pois acumula todas as tarefas da casa. A todo momento é subjugada e humilhada, oprimida, não só como trabalhadora, mas também como mulher. Os homossexuais são humilhados e discriminados, tratados como doentes ou caso de polícia. Exigimos igualdade nas leis que regem a família, o trabalho e a sociedade; o direito ao trabalho, à profissionalização e extensão dos direitos trabalhistas a todas as trabalhadoras, a exemplo das empregadas domésticas, e respeito ao direito de salário igual para trabalho igual. As mulheres têm de possuir os meios para escolher se querem ou não ter filhos, o que implica o reconhecimento da função social da maternidade, o oferecimento de meios contraceptivos seguros e um atendimento médico permanente em todas as fases de sua vida. É preciso acabar com todas as formas de discriminação contra os negros. As minorias – índios e homossexuais – têm de ser integralmente respeitadas.”

1984 - 3º Encontro Nacional do PT

Reafirma compromisso nos governos e plataformas para eleições de capital

“O governo do PT combaterá todas as discriminações sociais praticadas com pretextos de raça, cor, sexo, idade, bem como todas as formas de corrupção.”

1986 - 4º Encontro Nacional do PT

Elaboração mais detalhada sobre o socialismo, com incorporação de lutas contra opressões específicas em um projeto libertário. Definição de políticas públicas para mulheres

“Um projeto socialista deve ser acompanhado da afirmação de idéias e valores que sustentem uma atuação transformadora em todas as esferas da sociedade e tenham consistência para fundamentar a construção de uma nova legitimidade, contraposta à burguesa (...) O projeto socialista deve incorporar as perspectivas colocadas por diferentes movimentos sociais que combatem opressões específicas – como das mulheres, dos negros, das nações indígenas etc. – indispensáveis para golpear importantes pilares da dominação exercida pela burguesia; deve engajar em profundidade a maioria da população brasileira num processo de transformação do País e construir uma sociedade efetivamente nova (...) Esse conjunto de percepções constituem componentes indispensáveis, hoje, à constituição de uma visão de mundo e de uma prática política efetivamente libertária.” “O quarto eixo dos governos do PT é a promoção da cidadania plena, rompendo com o caráter assistencialista e com as práticas de

submissão e discriminação do abandonado, do idoso, das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos índios e demais grupos sociais específicos. Neste sentido, (...) implementarão programas de atendimento integral à saúde da mulher, assim como delegacias regionais específicas para mulheres.”

1988 - Projeto de Constituição do PT

Partido apresenta diversos itens relativos à igualdade entre mulheres e homens e redefinição de relações sociais

“Direito à prática do aborto Art. 47. A lei não punirá a prática do aborto, quando consentido livremente pela gestante ou por seu representante legal, bem como nos casos onde houver risco de vida. Parágrafo único. Nos termos deste artigo, os órgãos de saúde pública prestarão toda assistência à mulher que se submeter à prática do aborto.”



**DEFINIÇÃO DAS BASES
PARA O PROGRAMA
DE GOVERNO**

1988 e 1989

TRECHOS DE RESOLUÇÕES
E OUTROS DOCUMENTOS

1987 - 5º Encontro Nacional do PT

Debate da relação entre socialismo e democracia com retomada da resolução do encontro anterior e reafirmação da luta contra as opressões e da importância do feminismo.

“O projeto socialista pelo qual lutamos, de outro lado, deve incorporar as perspectivas colocadas pelos diferentes movimentos sociais que combatem opressões específicas, como os das mulheres, dos negros, dos jovens e dos homossexuais, e suas expressões ideológicas, em particular o feminismo, indispensáveis para golpear importantes pilares da dominação exercida pela burguesia e engajar, em profundidade, a maioria da população brasileira num processo de transformação revolucionária (...). A incorporação dessas lutas no projeto político proletário, desde hoje, permite barrar o avanço da burguesia, que procura esvaziá-las do seu conteúdo crítico e questionador de instituições e valores da ordem burguesa.”

1989 - 6º Encontro Nacional do PT

PROGRAMA DE GOVERNO

Definição das bases para o programa de ação do governo para as eleições presidenciais de 1989. Pela primeira vez uma definição detalhada de programa, com metas para a igualdade em vários aspectos.

“CONTRA AS DISCRIMINAÇÕES – MULHERES POR UM BRASIL DE HOMENS E MULHERES LIVRES E IGUAIS. O PT reconhece a discriminação que sofrem as mulheres na sociedade brasileira. Entende que, além das relações de classe, as mulheres estão submetidas a relações de opressão de sexo, que se reproduzem numa rígida divisão de trabalho e de papéis e se expressa em todas as esferas, econômica, política, social e ideológica. É por isso que a eliminação das discriminações das mulheres não pode ser resolvida apenas no combate ideológico, mas exige o desenvolvimento de políticas públicas, que ataquem diretamente as formas de discriminação e da opressão. Porque a discriminação das mulheres se manifesta nas várias esferas da vida social e cultural, ela deve ser enfrentada também nas diretrizes gerais que norteiam a política do PT.

Os objetivos deste programa são dois:

- 1. a igualdade econômica e social de homens e mulheres na sociedade brasileira;*
- 2. a plena cidadania cultural e política de homens e mulheres.”*

OPRESSÃO E DESIGUALDADE - foco em mulheres negras

Diagnóstico das condições de opressão e desigualdade, com destaque para as mulheres negras. Análise das condições de saúde da mulher, discriminações em relação ao trabalho e à renda, na educação, denúncia contundente da violência levam à perspectiva de políticas sociais.

“Metas e diretrizes para um programa de igualdade

Se a sociedade brasileira é marcada pelas profundas desigualdades sociais e econômicas e pela exclusão cultural e política das massas populares, as mulheres, e principalmente as mulheres negras, se encontram, invariavelmente, entre os grupos mais penalizados. (...) O reconhecimento desta desigualdade coloca para o PT o desafio de buscar, por intermédio das políticas sociais, os mecanismos

que permitam às mulheres igualdade de oportunidade no mercado de trabalho, na educação profissional e na vida social.”

POLÍTICAS DE ESTADO PARA AS MULHERES

Não há democracia sem atuação incisiva do Estado. Para isso, considera-se indispensável a existência de um organismo articulador da ação de governo.

“As formas da discriminação e da desigualdade que penalizam as mulheres colocam a necessidade de pensar uma democratização radical do Estado e o fortalecimento da participação popular, que inclua também a participação política das mulheres na formulação das políticas públicas, através de um organismo de articulação destas políticas e por meio de incentivos e metas que apontem a necessidade de participação das mulheres em todas as instâncias administrativas e políticas da sociedade brasileira.

Enquanto os mecanismos de reprodução da discriminação que sofrem as mulheres não forem objeto de uma política que integre a luta contra a discriminação a todos os níveis de atuação do governo não haverá democracia. Por isso, o programa do PT, hoje, refletindo as experiências dos movimentos de mulheres nestes últimos anos no Brasil, entende que a igualdade entre homens e mulheres na sociedade brasileira é um dos objetivos principais e gerais de seu programa, que será implementado por meio de suas políticas sociais, articulado por um organismo federal.”

CINCO METAS PARA A IGUALDADE

Programa de governo define cinco metas para combater a desigualdade de gênero

1. TRABALHO DOMÉSTICO, TRABALHO ASSALARIADO E MERCADO DE TRABALHO

“Desenvolvimento e incentivos a programas, em nível federal, estadual e municipal, para criar equipamentos sociais (creches, restaurantes, lavanderias etc.) para que o trabalho doméstico seja assumido pelo conjunto da sociedade (...) aplicação dos direitos trabalhistas integrais das mulheres trabalhadoras, das gestantes, das domésticas e das trabalhadoras rurais.”

2. SAÚDE INTEGRAL E DIREITOS REPRODUTIVOS

“Implantação de uma política de saúde para a mulher, que envolva todas as fases de sua vida (...) Garantia do direito a optar pela maternidade e do acesso à contracepção, através de métodos não-nocivos à saúde (...) e estimulando-se a pesquisa científica de novos métodos contraceptivos, femininos e masculinos. (...) Assistência obrigatória, na rede pública de saúde, para os casos de aborto previstos em lei. Implantação de medidas que reduzam radicalmente a mortalidade materna, causada pela deficiência de atendimento à gestação, parto e aborto. Desencadear iniciativas para o estabelecimento de legislação que amplie o direito de interrupção de uma gravidez indesejada.”

3. COMBATE À VIOLÊNCIA SEXISTA E AÇÕES DE PREVENÇÃO

“Promoção de medidas que garantam a defesa e a segurança das mulheres contra a violência, por meio da criação e ampliação de serviços de atendimento jurídico e psicológico, delegacias

de atendimento especializado e abrigos para as mulheres vítimas de violência. Promoção de políticas preventivas junto à população, apontando o caráter sexista da violência pública e privada contra as mulheres.”

4. EDUCAÇÃO NÃO SEXISTA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

“Promoção de políticas visando eliminar os preconceitos e estereótipos sexuais e raciais na educação. Garantir às mulheres acesso à formação profissional, fornecendo condições para a sua plena participação profissional, política e social nas áreas urbanas e rurais.”

5. CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA MULHER

“(…) O governo do PT deverá criar um organismo – Ministério ou Secretaria Especial – que tenha poder e atribuições para formular, executar e coordenar, com outras instâncias federais, as políticas que promovam a igualdade entre homens e mulheres na sociedade brasileira.”



I CONGRESSO, COTAS, CONCEPÇÃO DE SOCIALISMO

1990 a 1992

TRECHOS DE RESOLUÇÕES
E OUTROS DOCUMENTOS

1990 - 7º Encontro Nacional do PT

1. O Socialismo Petista

Menos específica que textos anteriores, resolução sobre o Socialismo Petista apenas menciona direitos individuais e luta contra todas as formas de opressão, incluindo mulheres.

“A nova sociedade que lutamos para construir inspira-se concretamente na rica tradição de lutas populares da história brasileira. (...) Lutará pela liberação das mulheres, contra o racismo e todas as formas de opressão, favorecendo uma democracia integradora e universalista. O pluralismo e a auto-organização, mais que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social, como antídoto à burocratização do poder, das inteligências e das vontades.”

2. Construção Partidária

Na construção partidária, menciona estímulo à participação das mulheres, mas não há medidas específicas, e a importância da implantação do partido nos diversos setores em luta na sociedade.

”Um partido que se constrói democraticamente é a condição básica para uma real unidade partidária. (...) Nesse sentido, o Partido deve estimular a participação feminina em todas as instâncias de direção partidária e desenvolver uma cultura interna de combate permanente às práticas autoritárias e discriminatórias.”

3. Condenação da violência contra as mulheres

Aprovada moção contra a violência sexista.

“(...) A violência contra as mulheres é respaldada socialmente e se desdobra através de discriminação econômica, política e social. (...) A violência contra as mulheres tem assumido uma dimensão social e está presente em todas as classes e setores sociais. Nosso Partido, de vocação libertária e socialista, que luta contra todas as opressões e que se constrói para representar toda a classe trabalhadora e todos os oprimidos, deve consignar incompatível com nosso projeto político a violência contra as mulheres, incorporando em nossa política, na teoria e na prática, a inaceitabilidade dessa violência.”

1991 - I Congresso Nacional do PT

1. Igualdade entre mulheres e homens como um componente libertário do projeto de socialismo, com ampla participação

“Os ideais que se encontram na raiz dos movimentos sociais revolucionários ao longo deste século persistem como fonte de inspiração para o nosso partido, que se compromete com a luta pela superação do capitalismo e a construção de uma nova sociedade onde (...) homens e mulheres, libertos progressivamente de toda opressão material, possam construir novas relações sociais; onde a busca da felicidade seja um direito efetivo de todos os indivíduos e comunidades; onde, enfim, a igualdade social possibilite o pleno florescimento das potencialidades individuais (...)”

2. A disputa por hegemonia

Aprofunda-se a compreensão de que a luta contra a opressão das mulheres é fundamental para a disputa ideológica e não se pode fugir das contradições entre os oprimidos.

"O Partido precisa repensar sua atuação na sociedade, entendendo as diferentes formas de opressão nela existentes, que não se resumem à contradição capital-trabalho, mas se estendem a processos discriminatórios e de exclusão econômica, social, cultural e política, que expressam a natureza de classe, de raça e de gênero, característicos do processo de dominação instituído nos poderes e na sociedade e responsável pela transformação de maiorias sociais em minorias políticas. Apesar do fato de todas as pessoas estarem imersas nas relações de classe, existem sistemas de opressão que são também determinantes na vida das pessoas, na construção de valores, na organização de relações sociais e pessoais, como é o caso das relações de gênero. Nessas relações, estabelecem-se papéis masculinos e papéis femininos, de dominador e dominada, dando base para uma concepção autoritária das relações humanas e da sociedade, com a subordinação das mulheres em todas as esferas sociais. A luta das mulheres contra esse tipo de relações de poder faz parte da luta pela construção de uma sociedade socialista. Nessa construção, o movimento autônomo das mulheres tem papel fundamental, pois desvenda a relação dialética, mutuamente reforçadora, entre a estrutura de classes do capitalismo e a estruturação sexual hierárquica das relações de gênero.

O Partido dos Trabalhadores reconhece que a organização de diferentes setores sociais (mulheres, negros, juventude, homossexuais etc.), seu direito de lutar e reivindicar pela definição das prioridades sociais, econômicas e políticas e sua presença na disputa pelos rumos da nova sociedade são também uma garantia da construção de uma sociedade socialista democrática. socialismo entendido como prática e processo de emancipação da humanidade em geral e de emancipação das mulheres."

3. Reconhecimento da importância da auto-organização e dos movimentos

"O movimento de mulheres busca uma nova forma de fazer política (...) E nessa busca, o movimento de mulheres propõe formas de poder que transformem as relações sociais, que criem uma sociedade democrática (...) Isso requer regras do jogo que garantam às mulheres, aos negros, à juventude, aos homossexuais e outros as condições de se construírem como sujeitos, empenhados na construção de uma sociedade socialista que harmonize a heterogeneidade e a diferença."

4. Coerência entre público e privado

"O PT se empenhará no fortalecimento de um movimento de mulheres que seja capaz de articular o íntimo, o subjetivo, com uma concepção de sociedade sem explorados e sem oprimidos, cuja viabilidade está em estreita relação com as profundas mudanças no nível da estrutura econômica, política e social. Um movimento de mulheres que aponte a necessidade de transformação do indivíduo, de seus direitos e necessidades, de sua participação nos processos sociais, de sua vida cotidiana. Isso significa expressar a necessidade de pensar e viver a política valorizando o cotidiano, as relações pessoais, a construção da identidade de cada indivíduo (homem ou mulher), ampliar o horizonte das transformações sociais, resgatar o sentido de humanidade e libertação plena, coletiva e individual, e de uma visão revolucionária e libertária."

5. Autocrítica

“Desde a nossa fundação, o Partido tem afirmado que a luta contra o capitalismo no Brasil é também a luta contra todas as formas de opressão. Antes mesmo de termos uma definição socialista, o PT defendia uma nova sociedade, ‘sem oprimidos nem opressores’”. Entretanto, nossa trajetória concreta vem deixando muito a desejar quanto a isso. O nosso partido ainda se pensa predominantemente um partido branco, pois a luta antirracista costuma aparecer apenas como um lembrete de fim de tese.”

6. Considera importante a ampliação da consciência feminista no partido

“Os órgãos e veículos de comunicação para a militância e a sociedade deverão zelar para não reproduzir e reforçar estereótipos e linguagens discriminatórias de qualquer natureza. Com o objetivo de ampliar a assimilação do feminismo pelo PT e ampliar a nossa atuação na luta contra a opressão das mulheres, os organismos de comunicação partidária deverão tratar, sistematicamente, temas relacionados à luta das mulheres e ao movimento de mulheres. (...) o Partido deverá garantir o acesso das mulheres a todos os espaços de formação política geral do Partido. A luta pela libertação das mulheres será parte constitutiva dos programas de formação política geral do PT.”

7. Participação das mulheres na direção partidária

“Resolução sobre cotas – garantindo mínimo de 30% de mulheres nas direções. Outras medidas de ação afirmativa no partido e propostas para a ação de governo e ação parlamentar do PT.”



**AMPLIAÇÃO DAS
EXPERIÊNCIAS DE
GOVERNOS MUNICIPAIS
E ESTADUAIS**

1993 a 2000

TRECHOS DE RESOLUÇÕES
E OUTROS DOCUMENTOS

1993 - 8º Encontro Nacional do PT

1. Organização das mulheres e negros, e outros setores oprimidos, é parte da construção de um movimento por mudanças

“A campanha Lula-94 deve ser mais que uma disputa eleitoral. Deve ser, simultaneamente, ponto de partida e expressão de um movimento democrático e popular que reúna amplos setores da população na luta pelas reformas estruturais. Um movimento baseado na retomada da mobilização sindical cutista, nas organizações populares e estudantis, nas entidades da sociedade civil, nos partidos populares, nas organizações de mulheres, negros e povos indígenas. (...)”

2. Luta contra as discriminações não é menos importante que a luta contra a exploração.

“O PT não pode ignorar as profundas desigualdades baseadas no preconceito e na discriminação racial, além da exploração econômica e da opressão política. Assim, o PT não alcançará a hegemonia do movimento de massas se não soubermos disputar com uma linguagem também negra (...) se a discriminação racial, da mulher e do menor não forem combatidas com a mesma radicalidade que a exploração da mão-de-obra.”

3. Cidadania para os setores oprimidos: mulheres, negros, juventude, homossexuais, pessoas com deficiência e outros setores oprimidos

“Mas a sorte do nosso governo, a implementação vitoriosa do nosso programa de luta pelo socialismo, não depende apenas da luta política em sentido restrito, tampouco somente de medidas de caráter econômico. É função também da luta ideológica, especialmente da capacidade de fortalecermos valores anticapitalistas; do desenvolvimento de uma política cultural e da coerência das políticas públicas, voltadas para o resgate da cidadania de segmentos como mulheres, negros, juventude, homossexuais, portadores de deficiência e outros setores oprimidos.”

4. Descriminalização do aborto

“Muitas morrem ou ficam doentes por causa de abortos malfeitos. (...) Por isso lutamos para que as mulheres tenham direito de decidir sobre o seu próprio corpo e para que o aborto seja encarado como uma questão de saúde pública. O atual [código penal] é de 1940 e trata o aborto como crime, prevendo pena de prisão para quem o pratica. O aborto não pode ser considerado um crime. Não deve constar do código penal. A sua prática deve ser regulamentada nas mesmas leis que estabelecem as normas de funcionamento dos serviços públicos de saúde. (...) [moção aprovada]”

1994 - 9º Encontro Nacional do PT

Guerra ideológica

Enfrentar a guerra ideológica e o discurso da direita, especialmente em períodos eleitorais, sem deixar de defender nosso programa.

“O discurso da direita, nesse caso, não será inovador: comunismo, religião, família, drogas, aborto,

propriedade, violência, homossexualismo, assumirão a dianteira na argumentação dirigida contra nós, em um possível contexto de histeria conservadora diante da iminente vitória popular.”

1995 - 10º Encontro Nacional do PT

Responsabilidade coletiva do partido com o combate às discriminações

“A construção de identidades, a luta contra as discriminações, preconceitos e desigualdades não pode ser coisa de mulher, índio, idosos, portadores de deficiência ou de homossexuais. Nossas ações devem ser globalizadas, o que se faz em três níveis: através da adequação entre as políticas setoriais e a política geral do Partido; através da discussão, pelo Partido, de cada uma das políticas setoriais; e, no plano da organização, a criação de instâncias partidárias adequadas a estes objetivos.”

1997 - 11º Encontro Nacional do PT

Enfrentamento do machismo e discriminação racial são centrais para democracia. Direitos dos povos indígenas e livre orientação sexual

“Esta democratização reivindica também um amplo movimento cultural, que combata todas as formas de discriminação. A questão do racismo contra a imensa população negra não pode mais ficar à margem dos grandes temas nacionais. O enfrentamento do machismo, que se manifesta na opressão cotidiana das mulheres, é uma questão fundamental para a democracia brasileira. Estamos próximos dos 500 anos de colonização e os povos indígenas jamais tiveram o reconhecimento de seus direitos e a demarcação efetiva de seus territórios. O Brasil precisa encarar também, sem qualquer preconceito, o tema das preferências sexuais e o respeito aos direitos dos homossexuais.”

1988 - Encontro Extraordinário

Combate à discriminação nas diretrizes para o programa de governo. Ênfase na questão racial

“Com a extensão da cidadania a todos os brasileiros – igualdade e respeito às diferenças de gênero, etnias, raça, idade, opção sexual, condição física ou mental, etc. – o Programa deve incorporar as reivindicações de todos os setores da sociedade que sofrem formas específicas de discriminação.”

Programa de Governo Lula 1998

“Reafirma itens dos programas de 1989 e 1994”.

1999 - II Congresso do PT

1. Direitos Humanos

Ao reafirmar as resoluções sobre socialismo e democracia do 7º Encontro e o I Congresso, discute a discriminação no bojo dos direitos humanos.

“O PT defende intransigentemente o respeito aos Direitos Humanos para garantir a extensão da

cidadania a todos os brasileiros. Isso exige combater preconceitos relacionados com raça, gênero, orientação sexual, faixa etária, condição física ou mental. A defesa dos Direitos Humanos é central para a preservação do Estado de Direito e para a construção de uma nova democracia. Ela pede o combate a todas as formas de violência que ameaçam hoje a sociedade brasileira, especialmente aquelas que se exercem contra mulheres, no lar ou fora dele, e contra crianças e adolescentes abandonados ou submetidos a formas cruéis de exploração, como o trabalho escravo, a prostituição e o envolvimento no crime organizado.”

2. Reforço no combate à desigualdade de gênero e racial

Insiste que o combate à desigualdade de gênero e racial deve ser parte integrante das políticas do PT. Ainda não são incorporadas pelos governos petistas (prefeituras e governos de estado).

“Ainda tímida, essa pressão da sociedade e de nossa militância não foi incorporada plenamente ao modo petista de governar. Precisa ser transformada em ações concretas que beneficiem grupos específicos de jovens, mulheres, negros, portadores de deficiências e indígenas, recuperando uma função essencial do Estado, a de assegurar igualdade de oportunidades e de tratamento, ou seja, a igualdade de direitos. Prefeituras importantes não têm dado importância a essas questões em suas ações de governo.”

3. Cota mínima de 30% de mulheres nas direções. Reorganização dos setoriais

“São considerados setores os movimentos sociais com espaço de atuação orgânica em nível nacional (...) Essas instâncias deverão combinar o debate e a intervenção sobre questões específicas com a discussão e atuação nas grandes questões da política brasileira e se constituem como instrumentos fundamentais na mobilização partidária e na avaliação das políticas de nossos governos e de nossas bancadas.”



**DISPUTANDO
HEGEMONIA NACIONAL
E EXPERIÊNCIA DE
GOVERNO FEDERAL**

2001 a 2017

TRECHOS DE RESOLUÇÕES
E OUTROS DOCUMENTOS

2001 - 12º Encontro Nacional do PT

1. Retoma a defesa da democracia, afirmando combate às discriminações e violência no marco de direitos humanos e cidadania

“Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil”

O Programa do PT parte do princípio de que a construção da democracia política no Brasil deve conjugar-se com o aprofundamento da democracia econômica e social. A democracia política tem três prioridades básicas: os Direitos Humanos e a cidadania, a reforma das instituições e da representação política e o controle democrático do Estado pela sociedade. Essas prioridades articulam o combate aos preconceitos relacionados com raça, gênero, orientação sexual, condição física ou mental; o combate a todas as formas de violência que ameaçam de forma crescente a sociedade brasileira, especialmente as que atingem as mulheres, no lar ou fora dele, e contra as crianças e adolescentes.”

2. Ênfase no combate à violência, nas desigualdades raciais, defesa de ação afirmativa

“(...) Em particular, é preciso implementar políticas de combate à violência que atinge as mulheres, no lar ou fora dele, bem como as crianças e adolescentes. Negros e negras são especialmente atingidos por inúmeras formas de discriminação econômica, social e pela violência.”

3. Organização autônoma dos oprimidos

“Em complemento às grandes reformas de combate à discriminação, deve-se romper o silêncio das instituições e constituir mecanismos de ação afirmativa. Caberá ao Estado, na perspectiva de resgate da dignidade e da igualdade de direitos, criar condições para a conquista da igualdade de condições e de tratamento que beneficiem os grupos sociais mais atingidos pela discriminação, como as mulheres, a população negra e índia, homossexuais, pessoas portadoras de deficiência etc. O estímulo à organização autônoma e à participação política desses segmentos é parte decisiva de nosso compromisso estratégico com os direitos de cidadania.”

4. Direito à livre orientação sexual

“O Partido dos Trabalhadores, desde a sua fundação, assumiu um claro compromisso com a luta contra a discriminação aos homossexuais, o que está consagrado em nosso estatuto, ao afirmar como um dos deveres dos filiados, no Art. 14, II, o de combater todas as manifestações de discriminação, dentre as quais por orientação sexual. Quase todas as iniciativas de políticas públicas voltadas à afirmação dos direitos dos homossexuais têm sido de autoria de parlamentares e administrações petistas, construídas conjuntamente com organizações do movimento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros). Apenas para exemplificar, podemos citar os projetos de lei da Parceria Civil Registrada entre pessoas no mesmo sexo, da ex-deputada e atual prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, e o que criminaliza a prática de discriminação por orientação sexual, de autoria do deputado Nilmário Miranda, assim como os projetos de lei de autoria das prefeituras de Recife e de Porto Alegre, que estendem aos parceiros dos servidores públicos municipais homossexuais os mesmos direitos dos heterossexuais. Diante disso, o XII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores manifesta seu apoio às iniciativas e projetos das nossas administrações e de nossos parlamentares, que busquem a afirmação da cidadania homossexual e o combate à discriminação por orientação sexual, e conclama todos os nossos filiados

a trabalharem por sua aprovação nas respectivas instâncias, propondo ainda que todos os demais parlamentares e integrantes de governos, seja em que nível for, sigam esses exemplos e apresentem propostas desse tipo, colocando o combate à discriminação por orientação sexual e a afirmação da cidadania homossexual como uma das marcas do modo petista de governar e de legislar.”

5. Direitos das mulheres trabalhadoras

Moção contra propostas que ameaçam a estabilidade das trabalhadoras gestantes, em discussão no Congresso.

2006 - 13º Encontro Nacional do PT

1. Reafirmação das políticas gerais do partido em relação às mulheres e daquelas desenvolvidas pelo governo Lula

“Por um Brasil de mulheres e homens livres e iguais

O PT, através de sua secretaria, defende e reafirma seu compromisso com políticas e ações, hoje incorporadas pelo governo federal, que representam as principais bandeiras de lutas dos movimentos de mulheres e feministas, e que são extremamente significativas para a melhoria da qualidade de vida das mulheres:

- Defesa do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, implementando, assim, um sistema nacional de políticas para as mulheres;*
- Defesa do Plano Nacional de Combate e Erradicação da Violência contra a Mulher e de todas as discriminações, como a orientação sexual, de raça/etnia, de idade, de religião, etc.;*
- Defesa do Plano Nacional de Planejamento Familiar, contribuindo para a autonomia das mulheres sobre seu corpo e sua sexualidade;*
- Defesa da autodeterminação das mulheres, da descriminalização do aborto e regulamentação de atendimento à todos os casos no serviço público evitando assim a gravidez não desejada e a morte de centenas de mulheres, na sua maioria pobres e negras, em decorrência do aborto clandestino e da falta de responsabilidade do Estado no atendimento adequado às mulheres que assim optarem;*
- Defesa do direito à creche e equipamentos sociais para que o trabalho doméstico seja assumido pelo conjunto da sociedade;*
- Defesa da ampliação do salário mínimo;*
- Defesa da construção de novas relações de trabalho e geração de renda, pautados pelos princípios da igualdade de oportunidades;*
- Defesa de medidas para ampliação e promoção da igualdade de raça/etnia;*

- Defesa do controle social da mídia, em especial, no que diz respeito à imagem da mulher veiculada nos diferentes veículos de comunicação;

- Defesa da equiparação salarial para trabalho igual entre mulheres e homens.”

2 . Descriminalização do aborto

“Moção sobre a descriminalização do aborto

A construção e fortalecimento do PT foi um marco na luta das mulheres brasileiras. A ascensão dos movimentos populares e sindicais e a reorganização da esquerda brasileira no final dos anos 1970 são simultâneas ao fortalecimento e visibilidade da luta das mulheres no Brasil, que encontraram no Partido dos Trabalhadores um instrumento para potencializar sua organização.

Muitas mulheres abandonaram a esfera privada e ocuparam os espaços públicos, exigindo melhores condições de vida, lutando por emprego, salário, creche, saúde, educação, autonomia sobre seu corpo, respeito à livre expressão da sexualidade, combate ao racismo e pelas liberdades civis. O PT e as mulheres petistas organizaram e estiveram presentes em todas estas lutas, denunciando a desigualdade de gênero, o machismo, a violência doméstica, construindo o movimento feminista no Brasil.

Foi com essa compreensão, expressa em diversas resoluções de nosso Partido, que temos trabalhado nas últimas décadas na luta para a libertação das mulheres. Uma das importantes bandeiras é a descriminalização do aborto. Neste sentido sempre defendemos o direito da mulher decidir sobre seu corpo e sua vida. Nenhuma mulher é obrigada a fazer aborto, cada uma segue seus valores e religião. Mas aquelas que tiverem uma gravidez indesejada devem ser respeitadas na sua decisão de fazer aborto, sem correr risco de morte ou de ir para a cadeia, sendo asseguradas pelo Estado as políticas públicas que respondam ao atendimento adequado das mulheres nestes casos.

A 1ª Conferência de Políticas Públicas para Mulheres aprovou a revisão da legislação punitiva em relação ao aborto, reafirmando políticas públicas importantes para as mulheres. Nós, delegados e delegadas ao 13º Encontro Nacional do PT, reafirmamos as posições de encontros anteriores e indicamos que os/as parlamentares de nosso Partido não se somem a conservadores e reacionários para criar uma Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o Aborto, demonstrando total desconhecimento da causa e, mais grave, absoluto desrespeito pelas mulheres.

Se a Frente se auto-proclama em defesa da vida, as mulheres do PT e as organizações de mulheres em geral assim também o fazem, na medida em que lutam para que milhares de mulheres em todo o país deixem de morrer ou carregar seqüelas em função de abortos clandestinos, realizados em condições precárias.

Assim sendo, exigimos que os/as parlamentares do PT que participam da Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o Aborto retirem seus nomes desse movimento. O acordo partidário em relação a este tema é de que respeitamos as decisões de foro íntimo, entretanto as posições e voto de nossos parlamentares não podem ferir princípios em defesa dos direitos das mulheres.

Respeitamos a abstenção de votos, mas não aceitamos o protagonismo e a participação em ações e

movimentos como esta Frente, que violam o respeito à vida das mulheres. Conclamamos a que todos/as militantes do PT tenham posicionamento firme contra todas as injustiças e discriminações a que estão submetidas as mulheres na sociedade.”

2007 - III Congresso do PT

1. Socialismo e igualdade entre mulheres e homens. Rompimento com a desigualdade racial

“Os principais traços do socialismo

A mais profunda democratização. Isto significa democracia social; pluralidade ideológica, cultural e religiosa; igualdade de gênero, igualdade racial, liberdade de orientação sexual e identidade de gênero. A igualdade entre homens e mulheres, o fim do racismo e a mais ampla liberdade de expressão sexual serão traços distintivos e estruturantes da nova sociedade.”

O socialismo que queremos construir

Nosso compromisso com a humanidade se dá através da busca pela eliminação de todas as injustiças e formas de discriminação, contribuindo para a afirmação de novos padrões de relação social. Esta perspectiva – que inclui o reconhecimento dos direitos da infância, das mulheres, dos povos indígenas, dos idosos, negros e negras, das comunidades tradicionais, das pessoas com deficiência e altas habilidades, da livre orientação sexual, do direito à terra, à moradia, ao trabalho, à saúde, à alimentação, à vida em sua forma plena e tantos outros direitos – é profundamente anticapitalista, na medida em que o capitalismo se caracteriza por um anti-humanismo que se revela na naturalização da exclusão.”

2. Políticas para a igualdade como prioridade das ações de governo das mulheres

“Tarefas para o período

Mulheres: Deve ser prioridade do governo dar continuidade à implementação de políticas voltadas à igualdade de direitos entre os gêneros, respeitada a identidade das mulheres, dando como exemplo o combate à violência doméstica e às desigualdades no mercado de trabalho. É preciso que os meios de comunicação e as políticas de educação incentivem a sedimentação de uma cultura de igualdade, com respeito às mulheres e sua diversidade.”

3. Uma plataforma de ações propostas imediatas

“Por um Brasil de mulheres e homens livres e iguais”

O PT, através de sua secretaria, defende e reafirma seu compromisso com políticas e ações, hoje incorporadas pelo governo federal, que representam as principais bandeiras de lutas dos movimentos de mulheres e feministas, e que são extremamente significativas para a melhoria da qualidade de vida das mulheres:

- Defesa do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, implementando, assim, um sistema

nacional de políticas para as mulheres;

- Defesa do Plano Nacional de Combate e Erradicação da Violência contra a Mulher e de todas as discriminações, como a orientação sexual, de raça/etnia, de idade, de religião, etc;

- Defesa do Plano Nacional de Planejamento Familiar, contribuindo para a autonomia das mulheres sobre seu corpo e sua sexualidade;

- Defesa da autodeterminação das mulheres, da descriminalização do aborto e regulamentação de atendimento a todos os casos no serviço público, evitando assim a gravidez não desejada e a morte de centenas de mulheres, na sua maioria pobres e negras, em decorrência do aborto clandestino e da falta de responsabilidade do Estado no atendimento adequado às mulheres que assim optarem;

- Defesa do direito à creche e equipamentos sociais para que o trabalho doméstico seja assumido pelo conjunto da sociedade;

- Defesa da ampliação do salário mínimo;

- Defesa da construção de novas relações de trabalho e geração de renda, pautados pelos princípios da igualdade de oportunidades;

- Defesa de medidas para ampliação e promoção da igualdade de raça/etnia;

- Defesa do controle social da mídia, em especial, no que diz respeito à imagem da mulher veiculada nos diferentes veículos de comunicação;

- Defesa da equiparação salarial para trabalho igual entre mulheres e homens.”

4. Construção partidária e organização de mulheres

“Para avançar nas conquistas e construir de fato a igualdade entre homens e mulheres é necessário que façamos algumas mudanças a fim de atualizar o estatuto do Partido com relação à participação das mulheres nas disputas eleitorais e partidárias. Propomos, então, que o PT mais uma vez reafirme suas posições no que se refere a:

- importância e necessidade de, em todas as instâncias da direção partidária, assegurar as cotas de mulheres e o conjunto de ações afirmativas já aprovadas em encontros anteriores, reafirmando assim o compromisso do partido com a construção da equidade e igualdade;

- construção de mecanismos de controle e punição para as instâncias que não cumprirem esta resolução, assim como as demais já aprovadas;

- modificação do procedimento de eleição das delegações aos encontros e congressos do partido, de modo que seja respeitada a cota, de no mínimo 30% de mulheres, seguindo a mesma orientação para as eleições das direções partidárias.”

2010 - 4º Congresso Nacional

Resolução sobre as Diretrizes de Programa - 2011/2014, que prevê o fortalecimento do Estado e a construção da igualdade para aprofundar a autonomia econômica, política e social das mulheres.

1. IGUALDADE COMO EIXO ESTRUTURANTE DO PROGRAMA

“Tendo em vista o papel da divisão sexual do trabalho como base da opressão sobre as mulheres, o Estado deve assumir sua responsabilidade na construção de políticas que alterem as desigualdades de gênero. O terceiro governo do PT deve ter como eixo estruturante do seu programa, a construção da igualdade entre mulheres e homens. As políticas devem também contribuir para desconstruir a cultura machista e patriarcal, que aprofundam a desigualdade e exclusão social das mulheres.”

2. AUTONOMIA PESSOAL E DIREITO AO TRABALHO

Garantir a autonomia pessoal e o direito ao trabalho: A independência econômica é uma das condições para a emancipação das mulheres e do seu direito pleno ao exercício da cidadania. O crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas é extremamente positivo, embora ainda se realize em condições muito desiguais, especialmente no que tange à remuneração salarial, que entre as mulheres negras chega a cerca de 60% a menos do que os homens brancos.

3. ORGANISMO DE GOVERNO PARA POLÍTICAS PARA AS MULHERES E FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS

Fortalecer institucionalidade existente para garantir e avançar uma política de igualdade: A construção de políticas que afirmam a igualdade será possível ao serem incorporadas pelo conjunto das ações do governo, por isto o fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres deve ser ampliada e assegurada, e assim aumentar o alcance de suas ações na implementação e aprofundamento das diretrizes e ações dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (I e II PNPM).

4. COMBATE À VIOLÊNCIA SEXISTA

Combater a violência sexista como uma ação do Estado: A ação do governo Lula nos últimos sete anos tem demonstrado que o Estado pode cumprir um importante papel no combate à violência contra as mulheres e a cobrança da tão necessária implementação pelos demais entes federativos e poderes constituídos de suas diretrizes, mostra o compromisso ideológico e cultural do governo democrático popular com a luta das mulheres. Avançar nessa política inovadora e ampliar o seu alcance, enquanto política de Estado exigirá uma institucionalidade à altura destes desafios.

5. SAÚDE, SEXUALIDADE, DIREITOS REPRODUTIVOS

Promover a saúde da mulher, os direitos sexuais e direitos reprodutivos: O Estado brasileiro reafirmará o direito das mulheres de tomarem suas próprias decisões em assuntos que afetam o seu corpo e a sua saúde; direito de decidirem livremente sobre todas as questões referentes à sua sexualidade e estabelecer relações afetivas e sexuais livres de coação, discriminação e violência.

5. SAÚDE, SEXUALIDADE, DIREITOS REPRODUTIVOS

Promover a saúde da mulher, os direitos sexuais e direitos reprodutivos: O Estado brasileiro reafirmará o direito das mulheres de tomarem suas próprias decisões em assuntos que afetam o seu corpo e a sua saúde; direito de decidirem livremente sobre todas as questões referentes à sua sexualidade e estabelecer relações afetivas e sexuais livres de coação, discriminação e violência.

6. AUTONOMIA SOBRE SEU PRÓPRIO CORPO

O governo do PT desenvolverá ações que assegurem a autonomia das mulheres sobre seu corpo, qualidade de vida e de saúde em todas as fases de sua vida, respeitando a diversidade racial e étnica das mulheres.

7. PARTICIPAÇÃO NOS ESPAÇOS DE PODER

Garantir e ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder e de decisão: Promover e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão, com vistas a uma mudança cultural na sociedade, à formação de novos valores e atitudes em relação à autonomia e protagonismo das mulheres, a exemplo do que demonstrou as duas conferências nacionais de políticas para as mulheres.

8. REFORMA POLÍTICA ROMPENDO COM A EXCLUSÃO DAS MULHERES

Assegurar a reforma política como um instrumento eficaz para que as mulheres, historicamente excluídas da esfera pública e dos espaços de decisão, rompam com o mecanismo perverso que as têm levado à subordinação e opressão.”

2015 - V Congresso Nacional do PT

1. Políticas de Igualdade para as Mulheres

“O V Congresso fortalece o aprofundamento das políticas de igualdade para as mulheres para avançar na construção de um novo equilíbrio entre produção e reprodução, apontando para a superação da divisão sexual do trabalho, do racismo e que, portanto, contribuam para romper com as dicotomias entre público e privado.

Isso é uma base fundamental para avançar no combate a todas formas de violência contra as mulheres e para o reconhecimento da autonomia em relação ao seu corpo e sexualidade e que, portanto, enfrente a criminalização do aborto, a lesbofobia e as práticas machistas na sexualidade.

Avançar na igualdade de participação das mulheres nos espaços de decisão e poder será base fundamental para a construção feminista de um Estado Solidário. Estabelece que em todos os momentos de formação do Partido a luta pela igualdade, incluindo a paridade, seja conteúdo obrigatório na grade curricular e na discussão.”

2. Segurança Pública

“Diversidade Sociocultural

É urgente a criação de incentivos à participação das mulheres e negros (as) nas instituições policiais e mecanismos que garantam a sua presença nos espaços de decisão das instituições, bem como a sua chegada aos níveis mais elevados das carreiras.”

3. Um Programa de Transição

“[...] a) redução progressiva da jornada de trabalho, de tal forma que homens e mulheres possam dentro de uma geração ter uma carga menor de trabalho heterônimo (trabalho necessário para sua sustentação) e uma carga maior de trabalho autônomo (de livre escolha, não obrigatório) possibilitando-lhes maior tempo para realização de suas necessidades culturais e espirituais.”

4. Recomendações ao Diretório Nacional do PT

“Apoio à mobilização da Marcha das Mulheres Negras e aos atos de 20 de novembro; Quando existir liberação de dirigentes nos estados, será obrigatoriamente obedecida a paridade de gênero;

5. Ampliar a comunicação do PT, uma necessidade urgente

“O PT em seus programas de rádio e TV em épocas não eleitorais respeitará obrigatoriamente a legislação com relação ao tempo das mulheres. O espaço reservado para as mulheres deve ser fortalecido com a inserção de militantes, dirigentes, gestoras e mandatárias;

[...]

Quando existir remuneração de dirigentes em qualquer instância do PT, será obrigatório a paridade de gênero, o cumprimento das cotas de jovens e negros sem diferenciação no valor da profissionalização entre os dirigentes. Que o PT assegure todas as condições necessárias de acessibilidade em todas as suas instâncias, eventos e meios de comunicação partidária, assegurando a participação de todos os filiados;”

2017 - 6º Congresso Nacional do PT

1. Garantir direitos por meio das políticas sociais

“Retomar a Política Nacional voltada à Igualdade de Gênero, que visa combater a discriminação, o machismo, a exploração, a misoginia, a violência e a desigualdade em relação às mulheres.”

2. Resolução sobre Estratégia e Programa

“O socialismo pelo qual lutamos corresponde a mais profunda democratização. Isto significa democracia social; pluralidade ideológica, cultural e religiosa; igualdade de gênero, igualdade racial, liberdade de orientação sexual e identidade de gênero. A igualdade entre homens e mulheres, o fim do racismo e a mais ampla liberdade de expressão sexual serão traços distintivos e estruturantes da nova

sociedade. O pluralismo e a auto-organização, mais do que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social. Devemos ampliar as liberdades democráticas duramente conquistadas pelos trabalhadores na sociedade capitalista. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária e a criação de novos mecanismos institucionais que combinem democracia representativa e democracia direta. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos.”

[...]

As reformas estruturais – de cunho democrático, antimonopolista, antilatifundiário, anti-imperialista e libertário – representam plataforma capaz de agregar amplas parcelas da população, das classes trabalhadoras aos pequenos e médios empresários, o mundo da cultura e a juventude, as mulheres e a população LGBTT, os negros e os índios, os pobres da cidade e do campo. Trata-se, afinal, de tarefas inconclusas ou negadas pela hegemonia burguesa no Brasil, cuja realização romperia o dique da superexploração do trabalho, da exclusão social e da dependência nacional, da plutocracia política e do autoritarismo estatal, ao mesmo tempo em que se avançaria no rumo de uma sociedade pós-capitalista.

[...]

Direitos das mulheres. Descriminalização do aborto e regulamentação de sua prática no serviço público de saúde. Garantia do direito ao pagamento de salário igual para trabalho igual. Extensão da licença-maternidade de seis meses para todas as trabalhadoras.

[...]

A realização desse programa, a ser detalhado em intenso diálogo social, tem como ponto de apoio fundamental uma coalizão de partidos e movimentos que represente os operários, os trabalhadores do campo e os camponeses sem-terra, os assalariados de serviços e comércio, os micro e pequenos empreendedores, os trabalhadores domésticos, os pequenos proprietários rurais e urbanos. Também deve agregar cientistas, intelectuais, artistas e jovens que impulsionam movimentos progressistas no campo da cultura e na sociedade; movimentos antirracistas que lutam por igualdade racial, de libertação das mulheres que lutam por igualdade de gênero, os agrupamentos de defesa dos direitos de gays, lésbicas e transexuais.

[...]”

3. Resolução sobre Estrutura e Funcionamento Partidário

“Considerando a necessidade de fortalecer o PT para enfrentar a ofensiva conservadora que pretende retirar direitos sociais duramente conquistados, o 6º Congresso decide realizar no 2º semestre de 2017 uma Campanha Nacional de Filiação e de atualização de dados cadastrais dos filiados. A campanha deverá ter um foco especial n@s trabalhador@s mulheres, negr@s, indígenas e jovens. Para facilitar o acesso aos filiados, equipes deverão ser organizadas em cada município para promover atividades descentralizadas (nos bairros) e realizar visitas às residências dos filiados, bem como utilizar mídias sociais (como o Facebook, WhatsApp, Instagram, etc).

O PT realizará, anualmente, jornadas nacionais de filiação e de formação política, associadas entre si, com o objetivo de ampliar sua presença na sociedade, em particular entre trabalhador@s, jovens, mulheres, negr@s e indígenas.[...]”

4. Resolução sobre Enfrentamento da Violência contra as Mulheres no PT

“1. A discriminação e opressão das mulheres têm sua origem histórica na organização dos espaços de interação social, divididos entre o público e o privado.

Diante desse quadro, não é possível ignorar a posição de discriminação, exploração e desigualdade em que estão inseridas as mulheres no mundo. A discussão entre luta de classes e gênero, assim como a luta contra a ideologia patriarcal, deve perpassar todas as nossas reflexões e ações. Não é admissível pensar o socialismo sem igualdade de gêneros.

2. O PT, desde sua fundação, luta em defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras e condena em seu Estatuto qualquer forma de discriminação de gênero (Artigo 14, item II).

3. A luta da classe trabalhadora nestes 37 anos de existência do PT foi capaz de obter muitas conquistas. No caso dos direitos das mulheres trabalhadoras, no Brasil, ainda são negados direitos democráticos elementares, como o direito ao aborto; e trabalhistas, prevalecendo a desigualdade salarial entre homens e mulheres nas mesmas funções. Apesar de algumas conquistas importantes no combate à violência contra a mulher, como a Lei Maria da Penha, há muito a ser conquistado.

4. Hoje, com o processo golpista que se instalou no país, a ofensiva para retroceder nos direitos trabalhistas ameaça em particular a mulher trabalhadora, que é duplamente oprimida na sociedade capitalista. O golpe representa também um recrudescimento dos aspectos mais reacionários da ideologia dominante como, por exemplo, a criminalização do aborto, a misoginia e o machismo, que se manifestam abertamente como expressão no terreno ideológico da opressão da mulher, que repousa, em última instância, nas relações de produção baseadas na propriedade privada dos grandes meios de produção. Por isso, a questão da opressão da mulher está integrada à questão da luta de classe.

5. Partido de massas, o PT não está imune a que ocorram em seu interior manifestações de machismo ou até mesmo de violência física contra as mulheres.

Qualquer manifestação de machismo e misoginia que possa ocorrer no nosso partido deve ser combatida e corrigida, por todos e todas. Esta não é uma luta apenas das mulheres. Nesses casos, valendo-se de seu Estatuto e de suas instâncias, tais questões serão julgadas e devidamente punidas.

6. No seu 6º Congresso Nacional, dedicado à companheira “Marisa Letícia Lula da Silva”, o PT reafirma vivamente seu compromisso com a luta contra qualquer forma de opressão da mulher, em defesa de seus direitos, compreendendo que as bandeiras específicas da mulher trabalhadora, da luta pela plena igualdade entre homens e mulheres, integram a vocação do PT, que é a de lutar em defesa da classe trabalhadora e por uma nação livre e soberana.

7. O 6º Congresso Nacional reafirma também que o Partido dos Trabalhadores é um partido de homens e mulheres, em condições de igualdade, portanto reafirma a condenação de qualquer manifestação de discriminação e violência contra suas filiadas.

8. Desta forma, o 6º Congresso Nacional do PT resolve:

a) Ficam criadas as Comissões de Combate à Violência Contra a Mulher nos Diretórios Estaduais do PT, com prazo de três meses para sua instalação em todos os Estados.

b) São funções da Comissão de Combate à Violência Contra a Mulher:

i. Acolher solicitações da Comissão de Ética e Disciplina com denúncias apresentadas por filiadas (cis gênero ou transgênero) sobre violências praticadas contra si, por filiados;

ii. Orientar as filiadas sobre seus direitos partidários, incluindo procedimentos para abertura de pedido à Comissão de Ética, bem como em relação aos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência disponibilizados pelo poder público e eventuais medidas judiciais cabíveis;

iii. Analisar os fatos relatados pela vítima e encaminhá-los à Comissão Executiva, para conjuntamente discutir a existência de falta ética originada de violência contra a mulher, deliberar sobre a admissibilidade desta e, se for o caso, remeter à Comissão de Ética e Disciplina do partido. Emitir parecer no prazo máximo de 30 dias.

iv. Acompanhar o processo da Comissão de Ética, orientando a vítima até o encerramento deste e, eventualmente, sobre os procedimentos para recorrer a instâncias superiores.

c) Da composição e funcionamento da Comissão de Combate à Violência Contra a Mulher:

i. A Comissão será presidida pela Secretária Estadual de Mulheres e formada por mais três filiadas, indicadas pela secretaria em consulta ao Coletivo Estadual de Mulheres e ratificadas pelo respectivo Coletivo;

ii. Preferencialmente, as filiadas indicadas terão expertise na temática da violência contra a mulher;

iii. Orienta-se observar a necessidade de incluir mulheres negras, jovens e LGBTQs na composição de cada colegiado, de acordo com o relato apresentado pela denunciante;

iv. O mandato da Comissão coincide com o mandato da Secretaria e Coletivo Estadual de Mulheres do PT.

d) Os Diretórios Municipais ficam autorizados a criar suas Comissões de Combate à Violência Contra a Mulher, desde que observadas as mesmas funções e composição ora adotadas e mediante notificação à Secretaria Estadual de Mulheres do respectivo Estado.

e) A Secretaria Nacional de Mulheres do PT organizará campanha educativa semestral sobre o combate à violência contra a mulher, a ser veiculada em todas as instâncias partidárias.”

Construção Distrital



Panfleto Candidate-se. Ano 2014

As mulheres petistas no DF pautaram e construíram o feminismo nas fileiras internas desde a fundação do PT-DF. Nossa organização sempre esteve alinhada à construção nacional. Diante disso, o resgate feito aqui é baseado, sobretudo, em depoimentos das militantes que construíram e constroem o PT em diversos períodos da história.

Fundação⁵

As(os) militantes do Distrito Federal estiveram desde o início na luta pela criação do Partido das(as) Trabalhadoras(es). Vários Núcleos de Base já haviam sido formados no Plano Piloto, Gama, Guará e em Taguatinga antes mesmo de 10 de fevereiro de 1980, quando muitas(os) militantes brasilienses participaram da fundação do PT, no Colégio Sion, em São Paulo (SP).

Como na época não havia eleições no Distrito Federal, o PT-DF não era reconhecido legalmente pelo Tribunal Superior Eleitoral, mas sua comissão regional provisória tinha legitimidade perante a direção nacional do partido. Um representante de Brasília integrava a comissão nacional provisória que trabalharia para legalizar o partido mediante número mínimo de filiações em todo o país.

Como os(as) eleitores(as) do DF não tinham o direito de votar, os(as) militantes do DF trabalharam intensamente para fazer filiações em municípios do entorno, em Goiás e Minas Gerais e assim contribuíram para legalizar o partido. Os membros do PT no DF eram, sobretudo, sindicalistas, estudantes, integrantes de movimentos populares e servidores públicos. A maioria vinha das lutas políticas e estudantis dos anos 1960 e 1970. Um grupo expressivo veio do Movimento dos Incansáveis Moradores da Ceilândia, que lutava pelo direito das(os) moradoras(es) de comprar lotes a preços dignos e por infraestrutura básica. Logo foram constituídos Núcleos de Base em todas as cidades do DF e vários Núcleos de categorias profissionais.

A luta pelas eleições em Brasília teve uma primeira etapa até 1986, quando o Senado Federal aprovou eleições para deputadas(os) federais e senadoras(es) do DF, e foi até 1988, quando a Assembleia Constituinte aprovou as eleições para governador(a) e deputadas(os) distritais.

As conquistas de um povo lutador

A militância brasiliense atuou também em importantes lutas nacionais. Apoiou de forma intransigente as greves de trabalhadoras(es) e as mobilizações estudantis. Participou do Comitê Brasileiro pela Anistia Ampla, Total e Irrestrita. Liderou a campanha pelas *Diretas Já!* em 1984, assim como pelo

⁵ Texto retirado do site <http://www.ptdf.org.br/novo/o-partido/institucional/historia/> com adaptações.

impeachment do Presidente Fernando Collor em 1991. Em 1983, teve participação fundamental no Congresso de fundação da Central Única das(os) Trabalhadoras(es) – CUT.

Na primeira eleição para o GDF, o candidato do PT, o médico e sindicalista Carlos Saraiva, ficou em segundo lugar, com 24% dos votos. A primeira bancada do PT (1991-1994) participou intensamente da elaboração da Lei Orgânica do DF. Os(as) petistas foram responsáveis pela proposta de instituição do primeiro concurso público para a contratação de servidores(as) efetivos(as).

Em 1994, o PT elegeu seus dois primeiros governadores no país, no Espírito Santo e no Distrito Federal: aqui, o professor Cristovam Buarque e a médica Arlete Sampaio foram eleitos governador e vice-governadora. O governo democrático e popular liderado pelos(as) petistas deixou inúmeras conquistas e realizações.



Posse Governo do DF. Em 1º de janeiro de 1995. Autor desconhecido

Um dos fatos mais marcantes para o PT foi a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da República (2003-2010). A militância brasiliense mobilizou a população local em prol de uma gestão democrática e promoveu a maior festa popular em uma solenidade de posse. Com o exemplo de Lula, o PT mostrou ao Brasil que vale a pena lutar pela mudança.

O segundo governo petista foi liderado por Agnelo Queiroz, que ganhou a eleição em 2010 no DF, juntamente com Dilma Rousseff, eleita presidenta no mesmo ano. A exemplo do governo federal, foi criada a Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal, na qual o PT esteve à frente da Subsecretaria de Enfrentamento às Violências e participou ativamente da construção do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres, fruto da 3ª Conferência Distrital de Políticas para as Mulheres.

Mulheres petistas em cargos eletivos no Distrito Federal

A presença do PT à frente de governos e mandatos parlamentares, desde a década de 1980, tem transformado a cultura política e as práticas do exercício político. Grande parte dessa transformação se consolidou a partir da experiência protagonizada por mulheres petistas na ocupação de espaços públicos. Sabemos que, quando mulheres feministas ascendem a cargos políticos, mais oportunidades de mudanças reais para a vida das mulheres e de toda a sociedade são possíveis.

No Distrito Federal, tivemos a honra de contar com diversas companheiras que dedicaram seu tempo e, de forma potente, ocuparam cargos de absoluta importância nos governos comandados por Cristovam e Agnelo e em cargos eletivos na Câmara Legislativa do DF, Câmara Federal e Senado.

A dedicação dessas companheiras em travar a luta política e defender os direitos das mulheres e de toda a sociedade do DF merece nossa profunda admiração e reconhecimento. Foram muitos os projetos de lei e as políticas públicas apresentadas e orientadas por essas companheiras. Nós, mulheres, temos consciência de todas as dificuldades que enfrentamos para fazermos política, seja pelo acúmulo de jornadas, pela não socialização do trabalho doméstico e das tarefas de cuidado, seja pela luta cotidiana de acessar e permanecer em espaços institucionais que são historicamente ocupados por homens cis, brancos, ricos e heterossexuais.

Desta forma, apresentamos no quadro a seguir as mulheres do PT-DF que foram eleitas a cargos públicos e que também chegaram a ocupar postos no Executivo, bem como o período em que atuaram:

Nome	Cargo	Períodos
Lúcia Carvalho	-Deputada distrital -Gerente regional do Patrimônio da União do Distrito Federal	1991-1994/1995-1998/ 1999-2002 2007-2013
Maria Laura	-Deputada federal -Deputada federal -Secretária-adjunta de Políticas para as Mulheres	1991-1994/1995-1998 2002 2003-2007
Maninha	-Deputada distrital -Secretária de Saúde -Deputada federal	1995-1998/1999-2002 1997-1998 2003-2006
Arlete Sampaio	-Vice-governadora -Deputada distrital -Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social -Secretária de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda	1995-1998 2003-2006/2011-2014 2019-2022 2007-2010 2011
Rejane Pitanga	-Deputada distrital -Secretária da Criança	2011 2012-2014
Erika Kokay	-Deputada distrital -Deputada federal	2003-2006/2007-2010 2011-2014/2015-2018 2019-2022

Fonte: Coletivo de Mulheres do PT-DF



Lúcia Carvalho
Acervo Secretaria
de Mulheres PT-DF

Lúcia Carvalho foi a primeira mulher a presidir o Sindicato dos(as) Professores(as) do Distrito Federal (Sinpro-DF). Igualmente, foi uma das fundadoras do Partido das(os) Trabalhadoras(es) DF e da Central Única das(os) Trabalhadoras(es) DF. Fez parte tanto da Executiva Nacional do PT quanto da Direção Nacional da CUT.

Foi também a primeira mulher a presidir a Câmara Legislativa do Distrito Federal, no biênio 1997-1999, e também a primeira mulher a chefiar uma Assembleia Legislativa em todo o país, uma importante conquista que marca a história das mulheres petistas ocupantes de cargos públicos. Em 2007, foi designada como gerente regional do Patrimônio da União do Distrito Federal.



Maria Laura
Acervo Secretaria
de Mulheres PT-DF

Maria Laura participou da fundação da Associação dos(as) Sociólogos(as) de Brasília e presidiu o Sindicato dos(as) Servidores(as) Públicos(as) Federais. Fundadora do PT no Distrito Federal em 1980, compôs a Executiva do partido e também colaborou na fundação da CUT no DF. Importante destacar que Maria Laura foi presidente do PT de 1995 a 1997.

Maria Laura é um expoente da luta das mulheres feministas brasileiras, sua atuação como Secretária Adjunta de Políticas Públicas para as Mulheres foi central para a construção de políticas públicas direcionadas para o direito à saúde, à educação, à cultura, ao crédito, a inserção e melhoria de posição no mercado de trabalho e a superação da violência contra as mulheres.



Maninha
Acervo Secretaria
de Mulheres PT-DF

Maria José Conceição, popularmente conhecida como **Maninha**, tornou-se um dos principais nomes da esquerda no DF. Maninha foi fundadora e presidente do Sindicato dos(as) Médicos(as) do Distrito Federal por 12 anos. Foi uma das fundadoras do PT-DF. Em 1982, foi eleita para o diretório regional do partido, no qual permaneceria até 2002. Maninha também fez parte da Executiva Nacional da CUT.

Maninha assumiu em 1997 a Secretaria de Saúde do DF com uma atuação inovadora. Em sua gestão, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal criou o programa Saúde da Família, que mais tarde foi adotado por outros governos.

Em 2005, Maninha desfilou-se do PT e passou a integrar os quadros do Partido Socialismo e Liberdade (PSol). Maninha tem em sua trajetória o compromisso pela defesa dos direitos das mulheres e de toda a classe trabalhadora. Sua atuação política foi de extrema importância na história do PT-DF e das mulheres petistas.



Arlete Sampaio
Acervo Secretaria
de Mulheres PT-DF

Arlete Sampaio, assim como outras mulheres aqui citadas, também fundou o PT e a CUT no DF. Trabalhou em diversas funções na Comissão Executiva Regional do partido, na qual foi presidente por três mandatos. Em 1994, foi eleita vice-governadora do Distrito Federal ao lado de Cristovam Buarque. Nessa função, coordenou o Orçamento Participativo e as Administrações Regionais.

Em 2002, Arlete foi a deputada distrital mais votada na eleição. Entre 2007 e 2010 foi Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social, durante o governo Lula. Em 2010, foi novamente eleita deputada distrital. Convidada pelo governador Agnelo Queiroz, assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda em 2011, tendo retornado à CLDF em janeiro de 2012.

Atualmente Arlete está em seu terceiro mandato como deputada distrital, tendo sido eleita em 2018 por eleitores e eleitoras mobilizados(as) pela luta em defesa da democracia e da manutenção dos direitos conquistados. A trajetória de Arlete é pautada pela defesa da saúde, da educação, do desenvolvimento social, dos direitos das mulheres, da juventude, da população negra e LGBT+.

Rejane Pitanga é protagonista de uma longa história de militância política partidária, sindical, social e humanitária. O início de sua trajetória é marcado pela luta em defesa dos direitos humanos, sempre voltando a sua atenção para os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, lutando por salários dignos e buscando garantir o respeito e a liberdade de expressão.



Rejane Pitanga
Acervo Secretaria
de Mulheres PT-DF

Rejane foi dirigente do Sindicato dos(as) Professores(as) do Distrito Federal, no qual lutou pelos direitos e pela valorização dos trabalhadores em educação e também foi presidenta da CUT-DF, entre 2006 e 2010, quando exerceu um trabalho sintonizado com os sindicatos filiados que ficou marcado pela defesa de direitos de trabalhadores e trabalhadoras dos setores público e privado e de servidores municipais e rurais.

Em 2010, tornou-se a primeira suplente do PT na CLDF, tendo assumido a vaga como deputada distrital em 2011. No ano de 2012, Rejane foi nomeada como secretária da Criança do Distrito Federal, papel que desempenhou até 2014. Como Secretária, Rejane atuou para estruturar uma política de direitos para crianças e adolescentes no DF, fortalecendo os conselhos tutelares, a parceria com a sociedade civil e o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Erika Kokay tem a história política marcada pela atuação em defesa dos direitos das(os) trabalhadoras(es), dos direitos humanos e dos direitos das parcelas mais vulnerabilizadas e minorizadas da população brasileira. Sua atuação legislativa tem sido desenvolvida ao longo de cinco mandatos parlamentares pelo PT-DF – dois mandatos como deputada distrital e três como deputada federal.



Erika Kokay
Acervo Secretaria
de Mulheres PT-DF

Erika foi a primeira mulher presidenta do Sindicato dos(as) Bancários(as) do Distrito Federal, no qual exerceu dois mandatos, de 1992 a 1998. Também presidiu a CUT do Distrito Federal de 2000 a 2002, e o PT-DF de 2017 a 2019.

Conhecida em todo o DF e nacionalmente pela sua luta contra violações de direitos humanos, em defesa da mulher, da criança e do adolescente, na luta antimanicomial, em defesa da comunidade LGBT, dos negros, dos índios e a

favor dos direitos humanos, Erika representa o conjunto das mulheres petistas do DF com sua jornada combativa e potente, carregando a coragem e a esperança de uma sociedade com justiça social.

Importante destacar que além das mulheres já citadas, o PT- DF contou com diversas companheiras que também estiveram em espaços estratégicos de poder e decisão nos governos do PT, como a presidência do Conselho dos Direitos da Mulher DF, administrações regionais, secretarias e subsecretarias, sempre na condução e articulação de políticas públicas que fazem a diferença na vida da sociedade do Distrito Federal.



Sessão Solene na CLDF em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Autor e data desconhecidos.



Rejane Pitanga em atividade partidária. Ano e autor desconhecidos.



Maria Laura em Assembleia da categoria. Acervo Memorial da Democracia. Autor e ano desconhecidos.



Erika Kokay na luta contra a Reforma da Previdência. 18 de abril de 2019. Autor desconhecido



Posse Presidência da CLDF. Em 1º de janeiro de 1995. Autor desconhecido.

Nossa história contada por nós

A história das mulheres do PT é de muita luta, persistência e resistência na construção do feminismo tanto internamente como na sociedade, não sendo diferente no Distrito Federal, em que fizemos parte dessa história, contribuindo com nossas ações a partir de nossa realidade.

São milhares de companheiras em cada canto do Distrito Federal que dedicaram e ainda dedicam suas vidas para levar à sociedade o projeto popular do maior partido de esquerda da América Latina. Mulheres diversas, mas que nunca estiveram dispersas, ao contrário: sempre se organizaram, de forma cada vez mais contundente, para levar ao PT e ao Brasil o conjunto de nossas pautas e demandas. Mulheres organizadas no movimento negro, sindical, cultural, LGBTQ+, estudantil, camponês, entre outros, e que, em sua militância, impulsionam o PT como principal instrumento de luta da classe trabalhadora, pautando o feminismo incansavelmente dentro e fora do partido.

Mulheres negras, sindicalistas, trans, lésbicas, bissexuais, servidoras públicas, autônomas, donas de casa, camponesas, estudantes, trabalhadoras domésticas, artistas, intelectuais, enfim, uma grande diversidade de companheiras que, juntas, constroem a história do PT no Distrito Federal. Pelas mãos dessas mulheres avançamos rumo à nossa emancipação e liberdade.



Companheiras(os) negras(os) em atividade de organização e formação. Ano 1987. Autor desconhecido.

Compreender a forma de organização das mulheres petistas é extremamente importante para continuarmos avançando nas lutas partidárias e sociais que se apresentam cotidianamente em nossa vida.

Inicialmente tivemos a formação, a partir de 1982, das Comissões e, posteriormente, dos Núcleos e do Setorial de Mulheres do PT, que possibilitaram e ampliaram a organização, a mobilização e a participação das petistas nos processos do partido e da sociedade. E, com certeza, essa ascensão da instância é fruto do fortalecimento da auto-organização das mulheres e da ampliação de nossas pautas, pois, quanto mais o debate é interiorizado, novas demandas surgem e outras são aprofundadas.

Na década de 1980, a organização das mulheres petistas no DF foi impulsionada pela criação do Coletivo de Mulheres, coordenado pela companheira Lia Varella, momento em que as mulheres atuavam fortemente pela capilarização do PT no Distrito Federal.

Já na década de 1990, com a criação da Secretaria Nacional de Mulheres do PT em 1996 e, respectivamente, das Secretarias Estaduais e Distrital, as mulheres conseguiram se articular mais fortemente e construir de maneira mais organizada uma agenda de lutas e aumentar sua incidência nas decisões do partido.



Ação da Secretaria de Mulheres.
Data: dezembro 1997. Autor desconhecido.

A aprovação, em 2015, da destinação de no mínimo de 5% do fundo partidário para a formação das mulheres trouxe novos horizontes para a auto-organização feminista no PT. Contudo, essa ação afirmativa, infelizmente, ainda encontra dificuldades para ser efetivamente concretizada em muitos estados.

No Distrito Federal, com muita luta e diálogo, atualmente, a aplicação dos 5% é uma realidade na Secretaria de Mulheres do DF, que consegue planejar, construir e produzir materiais para várias ações.

Ainda sobre a auto-organização, algumas das características marcantes das petistas são a organização e a tomada de decisões coletiva e democrática, reflexo da composição do Coletivo Distrital da Secretaria de Mulheres, que é proporcional à votação das chapas nos respectivos Encontros, isto é, cada chapa indica titulares para o compor o espaço para construir durante toda a gestão com a secretária eleita. É importante frisar que, na composição das 10 vagas titulares do Coletivo Distrital, são obedecidas as cotas de juventude e étnico-racial, sendo cada uma de 20%, o que corresponde a duas vagas cada.

O papel do Coletivo Distrital sempre foi essencial na construção da Secretaria de Mulheres do PT-DF, pois, além de garantir pluralidade de ideias, envolve e amplia as tarefas, contribuindo significativamente para a unificação das nossas intervenções nos espaços e instâncias partidárias.

Desta forma, é necessário o fortalecimento diário da instância, entendida como espaço amplo (outra característica explícita), democrático e acessível.

Desde 1997, tivemos as seguintes secretárias eleitas no DF:

ANO	SECRETÁRIAS DISTRITAIS
1997-1999	Elzira Maria do Espírito Santo
2000 -2004	Silvânia Matilde Santos Silva
2004-2008	Coordenação coletiva
2008-2012	Maria Laura
2012-2017	Elisângela Karlinski (Pola Karlinski) (2012-2013)
	Mara Fonseca (2013-2014)
	Ricardina Almeida (2015-2017)
2017-2021	Andreza Xavier

Fonte: Coletivo de Mulheres do PT-DF

Todas as gestões conduzidas por essas companheiras foram marcadas por ações que nos trouxeram conquistas concretas e que sempre pautaram os grande debates de nossa sociedade, como a luta por educação pública e de qualidade, os direitos trabalhistas, a defesa da saúde pública, a ampliação das mulheres em postos formais de trabalho, o combate ao machismo, ao racismo, ao capacitismo, à LGBTfobia.

Em 8 de julho de 1997, ocorreu a primeira reunião da Secretaria de Mulheres PT-DF, enquanto instância formalmente determinada dentro do PT, que deu início à organização das mulheres petistas a partir de uma secretaria. Ao longo dos anos a Secretaria de Mulheres do PT-DF continuou o trabalho e a mobilização das mulheres, incidindo nos espaços partidários, dialogando com mulheres do DF por meio de diversas atividades e contribuindo, efetivamente, para consolidação do feminismo no PT-DF.



1ª Reunião da Coordenação da Secretaria de Mulheres PT-DF. Em 8 de julho 1997. Autor desconhecido.



Debate Prostituição - Forma de Organização das Mulheres Profissionais do Sexo. Ano 1997. Autor desconhecido

Já a partir de 2010, a Secretaria de Mulheres participou enfaticamente na construção do programa de governo e na campanha eleitoral, momento em que Agnelo Queiroz foi eleito para o governo do DF e a companheira Dilma Rousseff, a primeira mulher candidata petista, para o cargo de Presidenta do Brasil. Foi um momento de muito acúmulo que resultou nos 13 pontos que foram o carro-chefe do Governo Agnelo.

Em 2011, a atuação foi centrada na construção da 5ª edição da Marcha das Margaridas, momento de ampliação dos direitos que contribuiu para avanços em âmbito nacional e distrital, pois muitas das reivindicações foram atendidas e trouxeram melhorias nos diversos territórios, em especial no campo.

A atuação direta na Câmara Legislativa nos mandatos de nossos/as parlamentares, permitiu a realização de muitas audiências sobre as pautas das mulheres e a ampliação do debate na sociedade.

Em 2013, as ações estiveram focadas no âmbito da ocupação das ruas e outros espaços públicos, visando a conversar e alertar as mulheres do Distrito Federal no que tange à luta pela ampliação de direitos e das políticas sociais, ao enfrentamento às violências, à autonomia econômica e financeira das mulheres, ao antirracismo, ao anticapacitismo e à luta contra a LBTfobia.

Naquele ano, foi realizado uma grande Jornada de formação com mais de 70 mulheres, que apresentou a história das mulheres do PT e o aprofundamento da compreensão da conjuntura e das pautas daquele momento.



Jornada Nacional de Formação da Secretaria Nacional de Mulheres do PT.
Data maio de 2013. Autor desconhecido.

Em 2014, a Secretaria de Mulheres do PT-DF se debruçou na reeleição de Agnelo Queiroz para o governo distrital e para a reeleição de Dilma Rousseff para a presidência.

Como já dito, e acrescenta-se, nos dois níveis as campanhas foram acirradas, demonstrando um forte avanço do conservadorismo na sociedade, além de já ser um espaço com bastante fake news.

Como nas demais campanhas, foram apontados os 13 pontos das mulheres para o Distrito Federal. Naquele momento foram reformuladas e afirmadas políticas públicas de absoluta importância para a

vida das mulheres, sobretudo no enfrentamento à violência contra a mulher, na geração de emprego e renda para mulheres e na saúde integral da mulher, sempre pautando a interseccionalidade de gênero, raça e classe. Entretanto, sofremos uma derrota que trouxe retrocessos enormes para a sociedade, principalmente para as mulheres. Retrocessos que só aumentam desde então.

Entre 2015 e 2017, tivemos a expansão da Secretaria, momento em que foram criados Núcleos das Mulheres nas Zonais, o que foi um grande desafio para consolidação e ampliação do debate feminista nas zonais do PT-DF. No ano de 2016, durante o processo de golpe concretizado em 2016, estivemos massivamente presentes nos diversos processos de resistência que aconteceram no DF.

A partir de 2017, a Secretaria de Mulheres continuou o processo de expansão de diálogo com zonais, incentivando e promovendo atividades com protagonismo das mulheres nas cidades, como cinedebates, diálogos sobre organização das mulheres e faixas. Entre outras atividades relacionadas aos movimentos de mulheres, também ampliamos nossa participação na construção do 8 de março no DF, ajudamos a construir os atos do #EleNão em 2018, bem como a Marcha das Margaridas em 2019.

Na eleição 2018, tivemos, como dito, a primeira experiência com o projeto Elas por Elas, que nos trouxe avanços e aprendizados, sobretudo, no que tange à necessidade de aumentar e qualificar o debate em todo o país acerca do uso do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para candidatas mulheres.

Ocorreu também uma ampliação das redes sociais virtuais da Secretaria de Mulheres, por meio das comunicadoras do projeto Elas por Elas, um conjunto de companheiras que atuam no sentido de criar e divulgar conteúdos das mulheres do PT-DF. Realizamos cursos de formação semipresenciais, utilizando a internet como ferramenta para levar o debate feminista e de organização das mulheres do PT.

Também consolidamos em nossa agenda de lutas as atividades de mobilização dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher, sempre entre 20 de novembro e 10 de dezembro de cada ano. Mantivemos boa articulação com os mandatos das companheiras Arlete Sampaio e Erika Kokay, levando demandas e propostas para as deputadas. Ampliamos nossa relação com outras secretarias setoriais do partido, a exemplo das Secretarias de Combate ao Racismo e LGBT, bem como do Setorial de Educação e outros setoriais.

Estreitamos nossas relações também com as secretarias estaduais de mulheres do PT, sobretudo dos estados de Goiás e Minas Gerais, que têm municípios integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do DF (Ride -DF).

No contexto de pandemia da Covid-19, estivemos presentes na coordenação da Rede de Solidariedade – organização que atua no combate à fome em decorrência do desemprego gerado pela pandemia –, produzimos milhares de cartilhas com conteúdo de enfrentamento à violência contra as mulheres durante o isolamento social, bem como elaboramos diversos materiais que foram divulgados em nossas redes sociais com informações pertinentes às mulheres.

No que se refere ao enfrentamento às diversas formas de violências contra as mulheres dentro do partido, tivemos momentos de avanços internos e, como na sociedade, precisamos avançar ainda mais.

Desde 2019, a Comissão Distrital de Combate à Violência contra a Mulher do PT-DF atua no acolhimento e encaminhamento denúncias que chegam por filiadas. Houve avanço nas conclusões das denúncias de violências feitas pelas filiadas, isso somado ao funcionamento da Comissão de Ética do PT-DF. Todavia, ainda enfrentamos o machismo que se manifesta dentro de uma organização mista, como é o caso de um partido político.

Essa avaliação considera que vivemos numa sociedade estruturada pelo patriarcado, o racismo, a LGBTfobia e outras formas de opressão, além de compreender que o processo de desconstrução é tão longo como o de internalização e naturalização das opressões.

A Secretaria de Mulheres, ao longo desses anos, qualifica e amplia a formação das filiadas, abordando vários temas que afetam diretamente a vida das brasilienses, por meio de seminários, oficinas, debates e diversas outras atividades.



4º Encontro Regional de Mulheres PT-DF.
Data e autor desconhecidos.



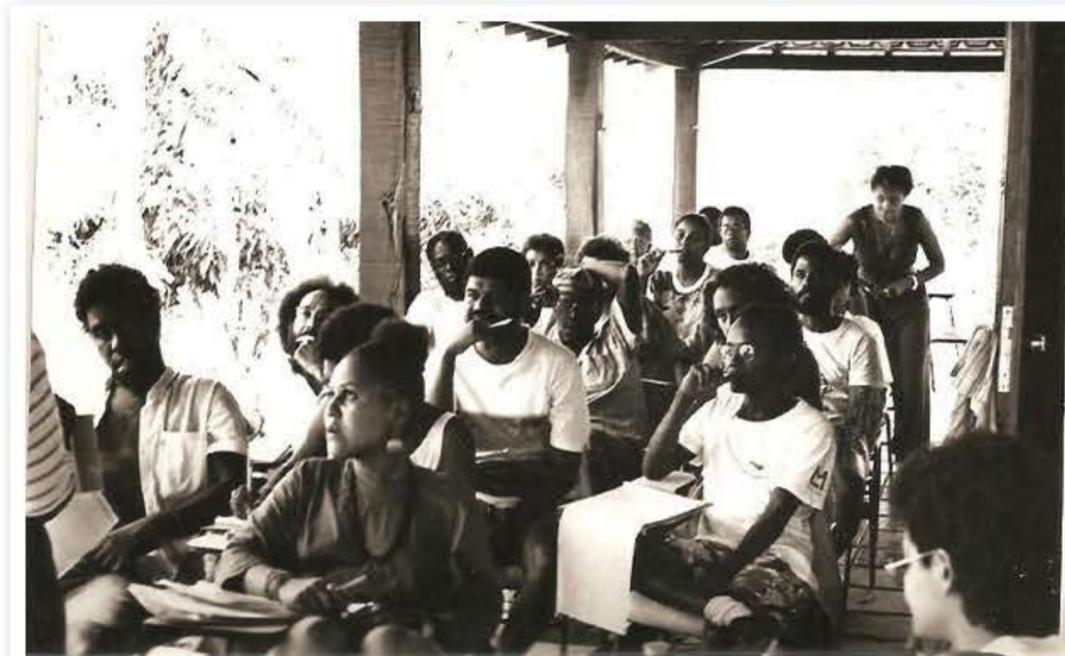
Arlete Sampaio discursa em passeata organizada pelas mulheres do PT-DF na campanha eleitoral em 1998.
Autor desconhecido.



Companheiras em ação política contra o racismo no Paranoá.
Data e autor desconhecidos.



VIII Encontro Feminista da América Latina e Caribe. Ano 1996. Autor desconhecido.



Mulheres Negras participando de atividade da Comissão da(o) Negro(a) PT. Ano 1987. Autor desconhecido.



Mulheres PT DF - Fiscalização da Eleição 2002. Autor desconhecido.

Desafios

Os desafios na luta por um feminismo socialista, popular e antirracista são imensos, e as mulheres do PT têm papel central para pautar na sociedade brasileira a defesa de nossos direitos. Diversas companheiras do PT-DF, ao preencherem o formulário que subsidiou a construção deste caderno, contribuíram para a elaboração dos desafios apresentados neste capítulo. São eles:

- ★ Aprofundar a formação da militância a partir da perspectiva de gênero, raça e classe;
- ★ Combater diariamente o capitalismo, o patriarcado, o racismo, a LGBTfobia, o capacitismo e todas as configurações de opressão que existem na sociedade;
- ★ Fazer a defesa permanente da democracia e dos direitos do povo brasileiro;
- ★ Lutar por uma rede de enfrentamento às violências contra as mulheres no DF que seja, de fato, efetiva;
- ★ Continuar o desafio de dialogar, organizar e mobilizar a classe trabalhadora, levando nossa luta em defesa dos direitos humanos;
- ★ Criar espaços de organização e debate com as mulheres das Regiões Administrativas;
- ★ Fortalecer a luta coletiva em conjunto com movimentos sociais, como o movimento estudantil, camponês, indígena, de negras e negros, sindical, ambiental, cultural e outros.

No PT, seguimos as que nos antecederam e traçamos desafios internos para avançar ainda mais. Portanto, é necessário:

- ★ Ampliar e aprofundar o debate sobre saúde da mulher e direitos reprodutivos dentro do PT;
- ★ Fortalecer e aprofundar os debates antirracista, anticapacitista, antiLGBTfóbico;
- ★ Fortalecer internamente o combate às manifestações de violência contra a mulher, incluindo violência política de gênero;
- ★ Fortalecer a Secretaria de Mulheres do PT-DF;
- ★ Ampliar a organização das mulheres nas zonais;
- ★ Garantir o cumprimento da paridade e cotas nas instâncias e delegações;
- ★ Realizar mais atividades de formação com transversalidade na base, considerando a diversidade existente entre as mulheres do PT;
- ★ Qualificar por meio de formação as intervenções das mulheres do partido nas instâncias e nos demais espaços;

- ★ Fortalecer a Comissão de Ética e Disciplina;
- ★ Ampliar dentro do partido o debate sobre as nossas pautas, dialogando sempre com núcleos de base, setoriais, zonais, Comissão Executiva do partido e Diretório Regional;
- ★ Fortalecer a atuação das dirigentes do Diretório Regional e dos diretórios zonais;
- ★ Fortalecer as candidaturas de mulheres em todas as eleições, sobretudo de mulheres negras, trans, indígenas, quilombolas, indígenas, rurais;
- ★ Protagonizar a disputa dos cargos majoritários nas eleições.

Esse conjunto de desafios é de absoluta relevância para orientar nossa atuação partidária, visando sempre ao protagonismo político das mulheres do PT em busca da construção de um partido cada vez mais comprometido com os direitos e com a participação política das mulheres, bem como a construção de uma sociedade justa e igualitária, em que mulheres e homens tenham as mesmas oportunidades e as mesmas condições para o exercício político. Enquanto existir um(a) petista, a esperança nunca morrerá e a luta sempre continuará.

Confira mais alguns momentos de luta das mulheres do PT-DF



Reunião na Câmara Legislativa do DF.
Autor e data desconhecidos.



Erika Kokay na luta em defesa dos direitos do povo. Autor e data desconhecidos



Ato contra o Apartheid na África do Sul.
Ano 1989. Autor desconhecido.



Comissão da(o) Negra(o) PT-DF.
Ano 1987. Autor desconhecido.

1988 - Ano de luta pela abolição do racismo e da exploração capitalista

O PT/DF compreende a importância do Ano do Centenário como momento político que impulse a discussão racial e aprofunde a organização dos negros, tanto dentro como fora do partido.

As comissões do negro do PT rejeitam qualquer caráter "comemorativo e festivo" dos cem anos da chamada "Abolição", pois os negros continuam marginalizados social, cultural e economicamente.

Pesquisas realizadas pelo IBGE comprovam a existência de relações de trabalho diferenciadas para a população negra do Brasil, que constitui 44,5% do povo brasileiro.

Dentre a população economicamente ativa 55,9% são brancos, contra 6,5% de negros. Das pessoas que ganham até um salário mínimo a maioria é de negros; dentre os que ganham mais de 10 salários mínimos apenas 0,33% são pessoas de cor.

No setor de Educação, a proporção dos analfabetos é maior entre as pessoas de cor, e se considerados aque-

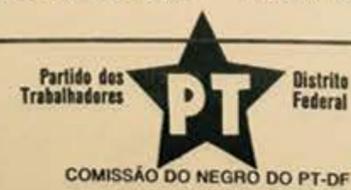
les que têm 12 anos de instrução ou grau superior, os negros estão presentes em proporção muitas vezes mais reduzidas.

Esses dados estatísticos demonstram que a democracia racial é balela, e que o racismo e o preconceito racial desempenham um papel de exploração e dominação capitalista.

Portanto, para o PT raça e classe são dados inseparáveis da realidade brasileira e o combate ao racismo integra necessariamente a luta contra o sistema econômico e político atual, que aprofunda diariamente as desigualdades sociais.

PARTICIPE

- Lançamento do Vídeo "Raça Negra", Teatro Nacional, Sala Alberto Nepomuceno, dia 13 às 19 horas.
- 13 de maio. Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo.



Comissão da(o) Negra(o) PT-DF.
Data desconhecida.



Entrega do título de Cidadã Honorária de Brasília para Rose Marie Muraro.
Autor e data desconhecidos.



Marcha Mulheres MST 8 de março.



Companheiras do PT-DF com a presidenta Dilma Rousseff. Data e autor desconhecidos.



Mulheres PT-DF em Ato pelo fim da violência contra a mulher.
Janeiro de 2018. Autor desconhecido.



Mulheres do PT-DF no Ato "Ele Não".
Setembro de 2018. Foto: Andreza Xavier.



Fórum de Mulheres Negras do PT-DF.
Julho de 2019. Foto: Fred Brasiliense



Festival Elas por Elas.
Julho de 2019. Foto Rafael Barroso.



Marcha das Margaridas 2019.
Autor desconhecido.



Mulheres no 7º Encontro Distrital do PT. Autor desconhecido.



Faixaço pelo fim da violência contra a mulher. 25 de novembro de 2020. Foto: Ana P.

Calendário Eleitoral Interno

Inscrição de pré-candidaturas para os cargos de SENADOR(A) e SUPLENTE(S): 22/02/14 a 20/03/2014, nos dias úteis, das 09 às 17 horas, na sede do PT-DF.

Inscrição de pré-candidaturas para os cargos de DEPUTADO(A) FEDERAL E DISTRITAL: 22/02/14 a 20/03/2014, nos dias úteis, das 09 às 17 horas, na sede do PT-DF.

Requisitos para inscrição: assinatura de 1/3 (um terço) dos membros do Distrito Regional (mínimo de 18 assinaturas) ou 5% das Comissões Executivas Zonais (aproximadamente de uma zona); ou 1% (um por cento) das assinaturas no DF (mínimo de 400 assinaturas).

O Encontro Regional, que será realizado no mês de maio, definirá o método de escolha das pré-candidaturas, que terão suas candidaturas homologadas pela Comissão Regional do PT, a realizar-se no mês de junho.

Calendário aprovado pela Comissão Executiva Regional do PT-DF em 15/02/2014.

Distrito Regional do PT do DF
SBS Edifício Verônica V, Subsolo - Loja 05
Cep: 70.393-900 - Telefone: 61 3225-5103

Com a força das mulheres nossa estrela vai brilhar

Companheira! Candidate-se!

Telefones para contato:
(61) 3225-5101 - (61) 8461-5637
(61) 8354-7153 - (61) 8448-2014
www.ptdf.org.br

Mulheres Campanha 2014.

13 DIRETRIZES PARA O GOVERNO DO PT TRANSFORMAR A VIDA DAS MULHERES DO DISTRITO FEDERAL:

- ★ Criar uma Secretaria de Mulheres que proponha e coordene as ações que visem a promoção do protagonismo das mulheres.
- ★ Estruturar e reativar o Conselho dos Direitos das Mulheres, tendo como foco o comportamento e a atuação das políticas para as mulheres nos vários níveis do governo, atuando em espaços de interação da mulher no gestão e serviços de participação popular.
- ★ Implementar políticas de qualificação e capacitação das/os servidoras/os públicas/os em gênero, raça, etnia, orientação sexual e direitos humanos, de forma transversal.
- ★ Promover a participação paritária, entre mulheres e homens, nos cargos de direção e assessoramento superior nos órgãos do Poder Executivo, e adotar o quota de no mínimo 30% de mulheres para a composição do primeiro, segundo e terceiro escalões do Poder Executivo, e demais cargos contatados.
- ★ Priorizar o acesso das mulheres jovens e adultas a todos os sistemas de crédito, estimulando simultaneamente o desenvolvimento de formas de economia solidária, a organização em entidades de classe e a valorização do profissionalismo.
- ★ Ampliar e estruturar o rede de creches públicas e educação infantil em todos os bairros do DF, promovendo nesses espaços a discussão sobre os diferentes temas que dizem respeito às mulheres, assim como desfrutar os homens (pai) a discutir assuntos como relações de gênero, paternidade responsável, divisão de trabalho doméstico, e outros assuntos que possam auxiliar na superação das desigualdades entre homens e mulheres, ampliando esse diálogo para todo o território.
- ★ Garantir o acesso integral à saúde do mulher em todas as fases da vida, priorizando de forma educativa a prevenção, o diagnóstico e o tratamento, facilitar o acesso a métodos contraceptivos, ampliar o serviço de reprodução assistida e garantir atendimento humanizado às mulheres em situação de risco e situações de abortamento, a partir de perspectivas racial e geracionais, dando atenção particular às mulheres com sofrimento mental e aquelas vulneráveis por drogas.
- ★ Criar Centros de Referência em Saúde da Mulher, que integrem atendimentos que se estendam desde a reprodução, AID, menopausa e saúde mental, em todos os regiões administrativas.
- ★ Criar programa amplo de enfrentamento à violência contra a mulher, que garanta a integração de políticas que garantam o ordenamento social, político e econômico da mulher.
- ★ Ampliar o número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) a todas as regiões do DF, garantindo formação em gênero, raça, etnia e orientação sexual para os/as agentes e integrando os serviços de atendimento.
- ★ Incluir nos cursos de formação da EAP discussões sobre: a) implementação das Leis Federal nº 10.679/2003 e Distrital nº 3.456/2004, sobre história e cultura afro-brasileira, nas estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, com transversalidade de gênero; b) promoção da assertividade e do protagonismo das meninas, jovens e mulheres, em todas as etapas educacionais; c) Lei Maria da Penha e seus desdobramentos no combate à violência contra a mulher; d) realização de seminários que estimulem a conexão social das políticas voltadas para as mulheres; e) critérios para a seleção de livros e materiais didáticos adotados nas escolas, de forma a combater o discriminatório que os mesmos possam conter.
- ★ Prever recursos para: a) reestruturação e fortalecimento da Casa-Abrigo; b) promoção e divulgação de trabalhos científicos, políticos, culturais das mulheres; c) realização de campanhas, ações afirmativas e/ou atividades específicas (de educação, saúde, segurança, organização e direitos trabalhistas), voltadas para as mulheres de campo, para as que trabalham em áreas de contaminação e risco para a saúde, para as cuidadoras de Idoso, para famílias e escolas, abordando a violência doméstica e sexual contra meninas e mulheres.
- ★ Criar programa específico para trabalhar com adolescentes de ambos os sexos, orientando-os sobre gravidez precoce, paternidade responsável e demais sexualmente transmissíveis, oferecendo-lhes atendimento físico, emocional e psicológico.

SETORIAL DE MULHERES DO PT-DF

13 pontos para Governo PT. Ano 2010.

Mulher PTista!

Como ocorre a cada quatro anos desde a democratização do país, em outubro de 2014 iremos novamente às urnas eleger, por meio do voto direto, o(a) candidato(a) que irá Governar o Brasil, os Estados e o DF no próximo período. Também escolhemos aqui quem serão nos(as) representantes nos Parâmetros Federal, Estaduais e Distrital.

Para nós, filiadas, dirigentes e militantes potistas, esse é o momento de reafirmar nosso compromisso com a construção de um projeto político coletivo e ampliar o debate na sociedade para garantir a continuidade e o aprofundamento das transformações conquistadas pelo povo brasileiro durante os dois mandatos do ex-Presidente Lula e nos três primeiros anos de mandato da Presidenta Dilma. No DF, o novo caminho proposto pelo Governo Agnelo precisou enfrentar o desmonte promovido por seus antecessores. Mais do que defender as conquistas do atual mandato, a reeleição do Governador Agnelo é imperativa para impedir retrocessos políticos e sociais.

Para garantir o avanço das transformações em curso, precisamos eleger mais pessoas comprometidas com essa agenda, especialmente as candidatas do Partido dos Trabalhadores. É para que possamos entrar com força nessa disputa, o PT deve apresentar uma lista de candidaturas que corresponda ao enorme desafio que iremos enfrentar. É chegado o momento de termos a contribuição histórica das mulheres potistas à construção partidária, à elaboração dos programas e sua participação decisiva nas campanhas, refletida na lista de candidaturas do Partido dos Trabalhadores. O PT foi o primeiro partido a aprovar a implantação de cotas de gênero, posteriormente incorporadas à legislação eleitoral. Em nosso último Congresso, realizado em 2012, avançamos ainda mais com a aprovação da paridade. Essa conquista deve ensejar novos debates e ações, que rompam a lógica de divisão sexual não apenas nas instâncias do partido, mas em nossas vidas privadas e na sociedade.

Mais mulheres no poder para transformar a vida das mulheres

Não obstante os avanços conquistados nas últimas décadas e apesar de sermos a maioria da população e representarmos 51,90% do eleitorado brasileiro, a sub-representação das mulheres nos espaços de poder persiste. Mesmo nas eleições de 2010, com o acatamento de termos duas mulheres candidatas à Presidência da República, o número de mulheres eleitas entre as candidaturas proporcionais se manteve quase inalterado. Hoje as mulheres ocupam apenas 9% das vagas da Câmara dos Deputados e menos de 15% das vagas do Senado Federal. Essa realidade, por sua vez, tem reflexos na elaboração e execução das políticas públicas.

Apoiar de sempre a maioria da população e representarmos 51,90% do eleitorado brasileiro, a baixa presença das mulheres nos Parâmetros e Governos, em todas as esferas, persiste. Essa realidade, por sua vez, tem reflexos na elaboração e execução das políticas públicas.

Com a perspectiva do PT seguir governando o Brasil e o DF, é necessário avançar no atendimento e demandas históricas das mulheres como a universalização das creches públicas, pontos específicos na área de saúde, direitos e garantias para trabalhadoras com encargos familiares, autonomia, dentre outros temas. A criação da SPM em 2003 e a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006 – ainda que insuficientes para erradicar a desigualdade e a violência contra as mulheres, são marcas da gestão do PT, assim como todas as realizações posteriores da SPM e as ações implementadas por outros Ministérios sob os governos potistas, com impacto direto na vida das mulheres, a exemplo da política de valorização do salário mínimo, do programa Brasil sem Alcool, e da aprovação, coordenada pelo PT no Congresso, da PEC das domésticas. Precisamos agora ampliar e qualificar a contribuição do Partido dos Trabalhadores às transformações em curso, elevando mais mulheres potistas para garantir a viabilidade e o atendimento das nossas demandas específicas.

Temos um compromisso irrevogável, urgente e inadiável com a ampliação qualificada das candidaturas e da atuação de mulheres potistas no pleito do outubro. Por isso a Secretaria de Mulheres do PT convoca todas as filiadas a assumirem o desafio de contribuir para o crescimento do partido e dar voz às mulheres no processo eleitoral inscrevendo-se como candidatas aos cargos em disputa.

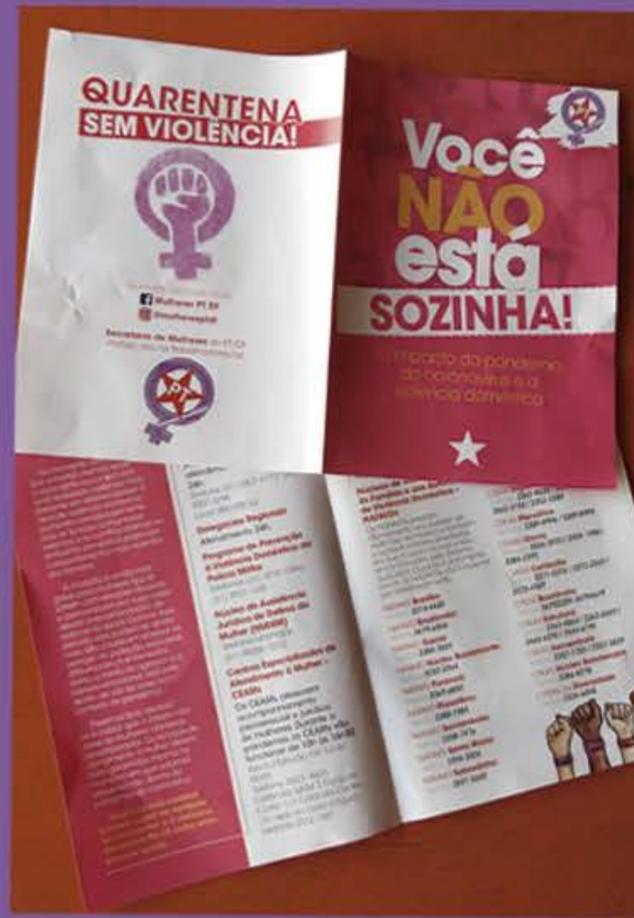
A ousadia faz a hora!

Venha, mulher! Candidate-se!

Sec Mulheres 1 PTDF Campanha 2014.



1º de maio.



Panfleto você não está sozinha. Ano 2020.



8 de março de 2013 2. Autor desconhecido.



8 de março de 2013. Autor desconhecido.



8 de março 2017. Autor desconhecido.



8 de março 2017 2. Autor desconhecido.



8 de março 2018. Autor desconhecido.



8 de março 2018 2. Autor desconhecido.



8 de março 2019. Foto: Andreza Xavier.



8 de março 2019. Foto: Rodrigo Pilha



8 de março 2019. Foto: Andreza Xavier



8 de março 2020. Autor desconhecido.



8 de março 2020. Foto: Mariana Rocha



8 de março de 2021. Mulheres PT-DF em faixaço. Autor desconhecido.



8 de março 2021. Autor desconhecido

Veja o time atual de mulheres petistas do DF que ocupam a política para transformar nossa realidade:

★ **Parlamentares (2019-2022)**

Arlete Sampaio - deputada distrital
Erika Kokay - deputada federal

★ **Composição do Coletivo de Mulheres do PT-DF (2017-2021)**

Secretária – Andreza Silva Xavier
Ana Paula Barbosa Cusinato
Bárbara Peixoto de Oliveira
Cláudia Damascena dos Santos
Cláudia Pereira Farinha
Darly Dalva Silva Máximo
Denise Santos Soares
Edneide Arruda Pereira
Leda Carneiro e Silva Souto
Leticia Alves da Silva Espíndola
Maria das Dores Fonseca Gois
Maria de Jesus Rodrigues Werneck Muniz
Maria Goretti Oliveira Cunha Silva
Maria Nazaré Brito
Rejane Guimarães Pitanga
Renata de Menezes Minora
Tatiana Lima de Magalhães
Tháisa Borges de Magalhães
Verônica Soares da Silva
Vilmara Pereira do Carmo
Wilma dos Reis Rodrigues

★ **Composição das mulheres na Comissão Executiva do PT-DF (2019-2023)**

Benildes Rodrigues – Vogal
Cristiane dos Santos – Secretária de Movimentos Populares
Darly Dalva Silva Máximo – Secretária de Assuntos Institucionais
Hellen Frida – Secretária de Mobilização
Lêda Gonçalves de Freitas – Secretária de Formação Política
Nazaré Brito – Secretária de Finanças
Pâmela Saraiva – Vogal
Rosilene Corrêa Lima – Vice-Presidenta
Valéria Moraes – Secretária de Desenvolvimento Econômico
Wilma Rodrigues dos Reis – Vogal

★ **Presidentas Zonais PT-DF (2019-2023)**

Iolanda Rodrigues Rocha – Presidenta do PT Samambaia

Gizely Ribeiro Porto – Presidenta do PT Sobradinho
Regina Araújo – Presidenta interina do PT São Sebastião

★ **Secretárias e Coordenadoras Setoriais PT-DF (2017-2021)**

Leticia Alves da Silva Espíndola – Secretária de Juventude
Olga Cristina Rocha de Freitas – Coordenadora do Setorial de Educação
Vanessa Negrini – Comissão Pró-Setorial de Direitos Animais
Vera Lúcia Martins Ramos – Secretária Agrária

Referências

AVRITZER, Leonardo. Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA. Perseu: história, memória e política. Dossiê: Mulheres: Esquerdas, Política e Trabalho. V. I, n. 1 (2007) – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

GODINHO, Tatau. O PT e o feminismo. Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. Ângela Borba, Nalu Faria, Tatau Godinho (orgs.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. Disponível em versão eletrônica no site da Fundação Perseu Abramo.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Feminismo e organização das mulheres petistas. Organização: Secretaria Nacional de Mulheres do PT e Escola Nacional de Formação, 2011.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. O PT e a luta pela libertação das mulheres. Resolução do 2º Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres, realizado em Vitória, ES. 1988.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções de Encontros e Congressos e Programas de Governo: 1979-2002. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Rosa Luxemburgo Stiftung/Diretório Nacional do PT, 2005. Disponível em versão eletrônica no site da Fundação Perseu Abramo.

Publicações eletrônicas

Lúcia Carvalho. (ns.d). In: Wikipédia. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%BAcia_Carvalho>. Acesso em: 13 de abril de 2021.

Maria Laura Sales Pinheiro. (ns.d). In: FGV CPDOC. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-laura-sales-pinheiro>>. Acesso em: 13 de abril de 2021.

Maria José da Conceição Maninha. (ns.d). In: FGV CPDOC. Disponível em:

<<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maninha>>. Acesso em: 13 de abril de 2021.

Entrevista: Rejane Pitanga. Disponível em:

<<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2012/04/29/entrevista-rejane-pitanga/>>. Acesso em: 13 de abril de 2021.

Rejane Pitanga assume mandato na CLDF. Disponível em:

<<https://df.cut.org.br/noticias/rejane-pitanga-assume-mandato-na-cldf-0767>>. Acesso em: 13 de abril de 2021.

Sites

<http://www.ptdf.org.br/novo/>

<https://fpabramo.org.br/>

<https://arletesampaio.com/biografia/>

<http://www.erikakokay.com.br/biografia>

<http://www.memorialdademocracia.com.br/>

ACESSE NOSSAS REDES SOCIAIS



Mulheres do PT DF



@mulheresptdf



@mulheresptdf



smptdf@gmail.com



Canal de Formação Política Antônio José Pereira - PT/DF

PT - DF



@ptdf13



@ptbrasil

Site: <http://www.ptdf.org.br/novo/>

Realização



SCS, Quadra 01, Bloco I, Edifício Central, 6º andar, Asa Sul, Brasília – DF
Telefone: 32255103